



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 466 - DE 10 A 24 DE NOVEMBRO DE 2013 - R\$ 3,00

Estão tramando mais repressão



É preciso responder com a unidade na luta e nas reivindicações

**Luta estudantil por democracia:
a universidade só pode
ser autônoma e democrática
sob o governo tripartite**



Programa proletário: revolução agrária



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária – Governos preparam aprofundamento da repressão aos movimentos

É preciso responder com a unidade nas reivindicações e na luta!

O recente encontro entre o Ministro da Justiça, Cardozo, e os secretários de segurança de São Paulo e do Rio de Janeiro, Grella e Beltrame, expressa a tendência ao aumento da repressão sobre os movimentos sociais.

Nos últimos anos, desenvolvia-se uma crescente ofensiva repressiva sobre os movimentos, manifestada na repressão às greves por meio da Tropa de Choque e da Força Nacional de Segurança, aplicação das leis antigreve, punição dos sindicatos e imposições judiciais sobre os conflitos; invasão policial, processos, eliminações e demissões políticas nas universidades; crescimento dos assassinatos impunes de lideranças de sem-terra; desocupações policiais militares de ocupações; ataques a moradores de rua; elevação brutal de prisões e assassinatos de moradores das periferias das cidades. A exposição do papel do Estado policial como expressão da ditadura de classe da burguesia segue a necessidade dos exploradores de impor às massas que carreguem o peso da crise mundial capitalista, deflagrada desde 2008, sobre suas costas. A nova etapa da luta de classes iniciada desde então, em que as massas ocupam as ruas em protesto contra as medidas de proteção do capital e esmagamento de suas condições de vida, se manifesta no avanço da luta de classes no país, e é respondida com violência reacionária da repressão.

Neste ano, a partir de junho, houve uma mudança significativa na situação. A repressão policial bruta sobre as primeiras manifestações de rua da juventude contra o aumento das passagens levou a uma explosão nacional de manifestações massivas, que impuseram a soberania das massas nas avenidas. As centenas de milhares de manifestantes inviabilizaram o método repressivo da simples agressão policial-militar. Os governos e o poder judiciário tiveram de mudar a forma da repressão, tornando-a mais seletiva e concentrada. Os assassinos treinados da Tropa de Choque passaram a agir somente no final das manifestações, quando elas já se reduziam a centenas. Os juízes passaram a medir as sentenças, recusando processos abertamente político-repressivos, como o que tentava levar à prisão os 72 da USP, vítimas da desocupação policial da reitoria em 2011, ou apresentar penas limitadas e alternativas, como a transação penal oferecida aos processados da Unifesp.

Junho e julho passaram, mas parte de suas lições foram aprendidas instintivamente pelas massas. O método da ocupação de ruas e avenidas como meio de pressão sobre os governantes foi assimilado em oposição ao eleitoralismo e parlamentarismo. Em alguns estados, as manifestações não se interromperam. No Rio de Janeiro, instalou-se um levante contra o governo, que contaminou a luta dos professores contra a imposição do plano de carreira e a projetou como combate aberto de rua contra os governos municipal e estadual. Em São Paulo, as manifestações sofrem com a doença do corporativismo das direções, e não se unificam para enfrentar a repressão policial. Chega-se ao ponto de haver protestos num mesmo dia, em que são ambos reprimidos, mas não se unificam.

A dispersão das manifestações as enfraquece como ação de massa soberana nas ruas, sobre a qual a polícia não tem força de contenção. Manifestações menores podem ser dispersadas pela repressão. Nessa situação, tem sido ressaltado o conflito entre os Black Blocs e a polícia.

Os Black Blocs são uma juventude que, despolitizada e sem programa político, se agrupa e se coloca como para-choque entre a repressão policial e os movimentos. Proclamam-se anarquistas, mas só é anárquica de fato sua prática. Não se submetem às decisões coletivas dos movimentos nem fazem parte de sua organização. Agem manifestando a revolta dessa juventude contra a repressão policial e a exploração capitalista. As quebras de vidros de bancos e de em-

presas multinacionais expressa essa revolta instintiva, mas inconsequente. A violência das massas, que organizadas com independência política diante dos capitalistas, de seus governos e instituições, tomam as fábricas, impõem barricadas nas ruas e se levantam em massa contra a repressão, é muito superior às explosões individuais dos Black Blocs e uma ameaça real e consequente aos governos e capitalistas, em sua luta pelo fim da exploração de classe. No desenvolvimento da luta de classes, os explorados vão organizando a autodefesa para enfrentar a violência reacionária da burguesia com a violência revolucionária das massas. Não serão substituídas nessa tarefa por nenhum grupo bem ou mal treinado.

Os ataques aos Black Blocs devem ser respondidos com sua defesa incondicional. Nossas diferenças com eles não podem justificar nenhuma vacilação quanto à sua defesa diante dos ataques da repressão, dos governos e da imprensa burguesa. Dilma, criminosamente num discurso, os atacou qualificando-os de “barbárie”. Barbárie é a brutal repressão aos movimentos sociais. Que pretendem agora intensificar.

A prisão em massa de manifestantes volta a ser utilizada, apesar da liberação após identificação. O enfrentamento às pequenas manifestações contra a entrega do campo de Libra às multinacionais no Rio de Janeiro teve uma preparação digna de conflito bélico, com uso do exército e da Força Nacional de Segurança. A Lei de Segurança Nacional da ditadura militar foi desenterrada para criar um mecanismo de padronização da repressão e prisões políticas. Das últimas manifestações, ainda há muitos que são mantidos presos.

A polícia tem agido contra os movimentos e em particular contra os Black Blocs usando os mecanismos de espionagem policial. Militantes têm sido presos em suas casas, celulares e computadores são confiscados.

Os recentes protestos de moradores da zona norte de São Paulo contra o assassinato de adolescentes foi duramente reprimido pela polícia e a imprensa tem feito campanha para associar sua mobilização ao crime organizado. O objetivo é preparar o terreno para justificar o endurecimento das leis contra as manifestações.

O encontro do ministro do governo Dilma com os secretários de segurança de São Paulo e Rio, a pedidos do autoritário Alckmin, visa a estabelecer uma nova linha de ação repressiva e legislação correspondente.

Juridicamente, as prisões nas manifestações dependem da identificação e individualização de atos. Os três urubus reunidos propõem mudanças nas leis de forma a permitir enquadrar manifestantes coletivamente, sem ter de discriminar suas atitudes individuais. Os aparatos de segurança serão interligados para homogeneizar a repressão. A perseguição aos Black Blocs é uma necessidade preventiva para evitar que as massas avancem em seus métodos para ações violentas coletivas. Tudo indica que os movimentos sociais se levantarão com mais força no próximo período. A crise vai se manifestando no Brasil e há a tendência de que a classe operária passe a integrar a primeira fila dos combates de rua. Os exploradores se movem preventivamente, preparando o aumento da repressão de forma mais generalizada. A forma atual, que se despeja contra uma pequena camada mais agressiva, terá de se superar.

Os movimentos que crescem têm de responder à repressão, organizada centralizadamente pelo Estado policial, de forma unitária. As reivindicações e os métodos de luta devem se fundir em movimentos únicos de defesa das necessidades gerais das massas, de seus lutadores e de sua ação coletiva. Para isso, é preciso romper com o corporativismo e seguidismo às disputas interburguesas das direções e avançar para a unidade e independência política, de classe. Essa tarefa é mais difícil pelo fato de não se contar com o partido revolucionário e seu programa enraizado nas massas e ligado a elas.

Dilma diz que retoma os assentamentos agrários

Depois de avaliar que os assentamentos não resolviam a situação dos sem-terra, que estes acabaram por constituir favelas no campo e que, portanto, não seriam prioridades, Dilma Rousseff voltou atrás e publicou decretos de desapropriação para fins agrários. Quatro fazendas localizadas respectivamente em Tocantins, Goiás, São Paulo e Santa Catarina estão definidas para desapropriação. Na Bahia e Sergipe, duas propriedades em cada estado já foram desapropriadas.

Segundo o novo plano, o governo petista pretende desapropriar 100 propriedades, estimadas em 200 mil hectares. Os números parecem elevados para um governo que desapropriou apenas 86 propriedades. Na realidade, são insignificantes.

O governo do PSDB, nos dois mandatos de Fernando H. Cardoso, adquiriu 3.532 imóveis, equivalentes a 21 milhões de hectares e que possibilitou assentar 540 704 famílias (a Contag, MST e CPT contabilizam 266 998 famílias). Nos seus oito anos, Luiz Inácio Lula da Silva desapropriou 1.990 imóveis, mas com área de 48,3 milhões de hectares, abrigando 614 088 famílias (o MST também contesta esse número).

Dilma tem pela frente um ano de mandato, assentou o miniguardo contingente de 22 021 famílias. Desapropriou 1,9 milhão de hectares. Caso cumpra o objetivo anunciado, passará como governo que menos desapropriou, desde que findou o período da ditadura militar, exceto comparado ao governo de Fernando Collor de Melo que permaneceu na presidência por dois anos (1990 a 1992). Itamar Franco em seus dois anos (1992 a 1984) adquiriu 238 imóveis.

Não é por acaso que o anúncio de Dilma foi tomado com desconfiança e zombaria. As condições econômicas e políticas mudaram rapidamente. As massas voltaram às ruas. O PT pressiona para seu governo inclinar um pouquinho para a esquerda. As eleições de outubro do ano que vem não estão garantidas. A brusca virada de Dilma, sem dúvida, procura manter os pobres do campo atados à política pró-capitalista do PT, mascarada pelo lulismo de popular e progressista.

O MST recuou sob o governo petista no número de ocupações. Sob FHC realizou em média anual 305 ocupações, caiu para 246 sob Lula e perfaz a média de 200 sob Dilma. Não resta dúvida de que sem uma grande ofensiva nas ocupações e nas ações política em todo o País não há como quebrar a posição pró-latifundiária do governo de Dilma Rousseff.

A limitação da “reforma agrária” petista

Em 1989, Lula formou um governo paralelo, depois de ter perdido por uma pequena margem de votos, no segundo turno, para Fernando Collor de Melo. A ideia era a de fazer uma oposição organizada às diretrizes neoliberais, que no momento ganhavam corpo na América Latina pós-ditaduras militares.

Uma das medidas do neoliberalismo ditado pelo Consenso de Washington era o máximo de desestatização e o Estado mínimo ao máximo. Diretriz essa abraçada por Collor e que implicava bloquear o máximo possível os assentamentos.

O governo de José Sarney – o primeiro pós-ditadura – decidiu-se pelos assentamentos. Lançou em setembro de 1985 o projeto de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Realizou 748 desapropriações. Não passou de um recurso para o Estado absorver o descontentamento das massas camponesas.

O País se encontrava sob o clima da “democratização”, da retomada do movimento operário e das mobilizações democráticas da pequena-burguesia que saíram às ruas em defesa das eleições diretas para presidente. O movimento dos sem-terra (MST) se projetava.

Em 1987/88, o Congresso assumiu-se como Constituinte. Uma grande campanha foi desencadeada em torno da reforma agrária, encabeçada por uma ala da Igreja, sindicalistas, petistas e instituições ditas da sociedade civil (OAB, etc.). Coletaram-se 1,2 milhão de assinaturas em defesa da Emenda Popular que previa a reforma agrária pela via dos assentamentos. Mas o Congresso constituinte estava controlado pelos partidos e parlamentares vinculados à oligarquia agrária (como sempre esteve).

As ilusões sobre a possibilidade do Estado burguês de assumir a tarefa democrática da reforma agrária, estabelecida na Constituição, desmoronaram. Sequer foram incorporados aspectos do Estatuto da Terra da ditadura militar, considerados favoráveis às desapropriações e aos assentamentos. Esperava-se a fixação do conceito de “desapropriação por interesse social”, compatível com ações do Estado em favor dos camponeses e em detrimento dos latifundiários.

No fundamental, que diz respeito à indenização dos proprietários, prevaleceu a proteção do dono do imóvel. O conceito de “propriedade produtiva” para limitar as desapropriações liquidou de vez a pretensão dos reformistas de verem um amplo movimento de assentamento, partindo do Estado. Queriam que prevalecesse o conceito adotado pelo INCRA de “áreas aproveitáveis não exploradas”. O de “propriedade produtiva” impôs um marco legal tão rígido que restringia brutalmente as possibilidades de um governo disposto a atender em parte as pressões dos camponeses.

Embalado por essa situação, o PT despontou como defensor da reforma agrária. Lula viu a importância do voto nordestino. As bandeiras agrárias se mostraram de grande apelo eleitoral. Tanto é que o próprio Collor colocou em sua plataforma de campanha a promessa de assentamento de milhares de famílias.

O governo paralelo de Lula, para se justificar como tal, entre outros pontos de programa de governo, lançou seu plano de democratização do acesso à terra. Estimava, em 15 anos, atender 3 039 milhões de famílias sem terra ou com terra insuficiente (minifundistas). Segundo os cálculos do governo paralelo, existiam 5,19 milhões de famílias nestas condições. O que significava atender apenas pouco mais de dois terços. Ou seja, cerca de dois milhões de famílias não cabiam no plano governamental de 15 anos.

Está aí a noção do reformismo: melhorar um pouco a situação de uma parcela dos miseráveis e a outra que espere por sua vez, enquanto isso que continue a sofrer as consequências de ser sem terra e minifundista. O PT teve a chance de três mandatos para cumprir o projeto do governo paralelo. Como vimos, o número de famílias que teriam sido assentadas é questionado pela Contag. Dos 3 039 prometidos, oficialmente Lula assentou 614 088 e Dilma 22 021.

A concentração agrária

Na década de 80, os defensores da democratização da terra por meio dos assentamentos se apoiavam na denúncia sobre

a gigantesca concentração da propriedade fundiária: 79% das terras correspondiam a apenas 10% dos maiores imóveis; 1% dos maiores latifúndios (acima de 1.000 ha) detinha 46,9% das terras, 64% dos imóveis rurais são minifúndios.

Passados vinte cinco anos, realizados os assentamentos de FHC e de Lula e crescido o número de estabelecimentos agrícolas, a alta concentração permanece. As propriedades acima de 1 000 ha correspondem a apenas 0,92% do total, mas abarcam 43% da área. As de menos de 10 ha correspondem a 47% das propriedades, mas abarcam apenas 2,7% da área.

Não faltam defensores dos latifúndios para dizer que caiu a concentração e que esta é a tendência, sem que seja preciso a reforma agrária. A pequena redução da área controlada pelas propriedades acima de 1 000 ha não modificou substancialmente a gigantesca concentração das terras em mãos de um punhado de capitalistas. Milhões de pequenos proprietários, minifundistas e sem terra continuam esmagados pelas relações de propriedade baseadas no latifúndio.

Não há como ludibriar o longo processo de formação e de desenvolvimento da economia agrária do Brasil determinada pela forma latifundiária da propriedade e da grande produção voltada à exportação. Não há como modificar essa estrutura e emancipar as massas camponesas da opressão sem a revolução social.

Avanço da exploração capitalista da terra

Desde 1970, a penetração capitalista no campo ganhou força e avança continuamente. Em 15 anos, 30 milhões de camponeses deixaram o campo e passaram a vender sua força de trabalho como assalariados. Tamanho foi o deslocamento que se denominou “êxodo rural”. A cidade passou a dominar o campo. Essa mudança impulsionou a luta camponesa. Potenciou o MST, desde um estado de agricultura adiantada, que é o Rio Grande do Sul.

Distintamente das Ligas Camponesas (1955 a 1964) que se circunscreveu a alguns estados do Nordeste, o MST se nacionalizou como um movimento pela reforma agrária. Velhos liames de opressão oligárquico-latifundiária se combinaram com novos que emergiam das transformações na forma capitalista de explorar a terra. Isso sob as mesmas relações de propriedade do solo – o latifúndio entrelaçado ao minifúndio e à média propriedade.

A agricultura de exportação exigiu a intervenção maciça do capital financeiro. E permitiu um salto na industrialização agrária. Já em fins dos anos 80, uma corrente dos economistas da burguesia argumentava que não havia mais sentido a reforma agrária. As forças produtivas agrárias estavam sob o carro chefe da indústria. O chamado Complexo Agroindustrial (CAI) havia deixado para trás o latifúndio improdutivo. Predominava a aplicação de capital na produção agrária, que, por sua vez, se vinculava e dependia cada vez mais da indústria de máquinas, de suplementos, defensivos e de transformação. Assim os pólos agroindustriais e o agronegócio passavam a produzir e a comercializar em grande escala, reduzindo a importância da produção camponesa, estritamente voltada a produzir alimentos tradicionais e para o mercado interno.

De fato, não há como desconhecer essa constatação. Mas a agroindústria não aboliu a questão camponesa. Continuam em pé milhões de minifúndios e pequenos proprietários que

exercem o trabalho familiar. Não se extinguiu o processo de expropriação e expulsão da família camponesa da terra. Não se resolveu a penúria e a miserabilidade de milhões de camponeses. O governo ainda tem de responder à luta de classes no campo com os assentamentos (lembremos que dela faz parte a luta dos indígenas). Não se podem desconhecer as transformações sofridas com a penetração capitalista no campo, nem as suas limitações típicas de um país de economia relativamente atrasada.

Como se tem colocado a questão da terra?

Com o predomínio da agricultura capitalista, a reforma agrária não mais ocorrerá como produto de uma revolução burguesa. Nunca a burguesia brasileira despontou como uma classe revolucionária. Conclusão essa que se estende à sua fração industrial. Nasceu colonizada e se desenvolveu subordinada ao imperialismo. Encarnou o capitalismo de um Estado semicolonial.

As forças produtivas internas se desenvolveram sob condicionamentos dos monopólios e do capital financeiro internacional. A burguesia nacional não pôde, assim, romper os laços de dominação imperialista. A oligarquia agrária nunca deixou de determinar as condições de desenvolvimento do País. O seu Estado enfrentou a luta de classes no campo com extrema violência.

No período de implantação da indústria e de predomínio do campo sobre a cidade, a reforma agrária se justificava como uma necessidade das forças produtivas capitalistas – potenciação do mercado interno. Essa via não se confirmou. Triunfou a via da penetração do grande capital no campo, sob a velha estrutura agrária de alta concentração da propriedade. Evidenciou-se que a reforma agrária para potencializar o mercado interno perdeu sentido. Está aí por que esta foi substituída pelos assentamentos.

É preciso, no entanto, reconhecer que a via dos assentamentos não é nova. Na Constituinte de 1946, encontramos suas raízes. As emendas apresentadas por Luiz Carlos Prestes do PCB se fundamentavam na oposição do direito à propriedade privada camponesa (pequena e média) à propriedade latifundiária. Haveria de prevalecer o interesse social (camponesa) sobre o interesse individual (oligárquico). E concluía com a proposição de distribuição gratuita de terras devolutas (pertencentes ao Estado) e fracionamento dos latifúndios. As terras aproveitáveis não utilizadas ou grandes propriedades mal utilizadas, nas áreas de densidade populacional, passariam para o Estado, que usaria uma lei especial para requisitá-las e distribuí-las gratuitamente aos camponeses.

O PCB admitiu a distinção entre grande propriedade produtiva e improdutivo. E deixou em aberto a indenização dos latifundiários (requisição da propriedade por meio de lei especial).

Pode-se argumentar que neste momento havia uma grande quantidade de latifúndios inutilizados ou subutilizados. O que não ocorre hoje com tamanha incidência. Mas não se tratava tão-somente de circunstância, embora esta deva ser considerada com toda sua importância. Tratava-se de atribuir à circunstância uma virtude que esta não tinha. Ou seja, de considerar a improdutividade e subprodutividade dos latifúndios como um dado econômico-social que possibilitaria ao Estado bur-

guês assumir a reforma agrária como a via do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Evidentemente, os latifundiários atingidos pelo fracionamento seriam indenizados. Não por acaso a Constituinte de 1946 aprovou o critério de indenização prévia, em dinheiro e a preço de mercado.

Vieram as Ligas Camponesas em 1955 e o PCB se lançou a criar sindicatos agrários por meio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (UTALB). Agravou-se a luta de classes no campo e na cidade. O golpe militar de 64 encerrou esse ciclo em que o PCB primou em se projetar na defesa do nacionalismo burguês e do qual as Ligas padeceram sob a direção de Francisco Julião.

Será o governo militar de Castelo Branco a promulgar a primeira lei sobre a reforma agrária, refletindo assim os conflitos que se desenvolveram nas duas décadas anteriores. O Estatuto da Terra compareceu como uma possibilidade de realizar uma limitada e disciplinada distribuição de terras. A Lei previa a desapropriação por interesse social, estabelecendo assim o critério da função social da terra. A indenização seria feita de acordo com o valor declarado do imóvel para efeito de Imposto Territorial Rural. Enfim nenhum governo havia estabelecido uma lei que se aplicada amplamente assentaria milhões de camponeses.

Castelo Branco respondia não somente às pressões anteriores da Liga Camponesa, mas fundamentalmente à orientação norte-americana da Aliança para o Progresso, lançada por John Kennedy, em nome do combate ao comunismo, à revolução cubana e da democracia. A diretriz do imperialismo era a de apaziguar os camponeses latino-americanos com a distribuição de terras e promovendo uma classe média rural.

A ditadura não precisou pôr em prática seu Estatuto da Terra. Uma vez esmagado o movimento nacionalista, o Estado foi colocado inteiramente a serviço dos latifundiários. A chamada “modernização conservadora” consistiu em financiar com o Tesouro Nacional a formação dos Complexos Agroindustriais.

Os defensores da reforma agrária por meio dos assentamentos viram a oportunidade renascer com a “redemocratização”. A Constituinte de 1987/88, porém, mais uma vez mostrou que quem determina a política agrária no Brasil é a oligarquia, modificada pela ampla intervenção do capital financeiro e das multinacionais do agronegócio. Nem mesmo os enunciados sobre a função social do uso da terra e da desapropriação por interesse social do Estatuto da Terra foram admitidos pela maioria dos parlamentares.

A experiência histórica mostrou que assentamento não é reforma agrária. Que a burguesia nunca se dispôs a realizar essa tarefa democrática do capitalismo atrasado e semicolonial. E que o campesinato por si só foi incapaz de criar um movimento independente da burguesia e contra sua dominação de classe.

Qual programa responde à questão da terra?

É o da expropriação revolucionária dos latifúndios e do complexo agroindustrial, da nacionalização das terras (estatização) e do controle operário-camponês. Somente por essa via os camponeses terão amplo acesso à terra.

A luta pela expropriação indicará onde os camponeses expressarão sua aspiração pela pequena e média propriedade e onde o proletariado imporá a propriedade social (coletiva). A



nacionalização permitirá combinar a reforma agrária de aspiração camponesa com a coletivização de orientação socialista proletária.

Essa combinação se encontra na realidade econômica e social, mas na forma de milhões de pequenos proprietários e de sem terra e de propriedade latifundiária agroindustrial. É falsa a tese de que não existe mais a questão da terra e que a tarefa democrática de implantação da reforma agrária está superada. Como é falsa a posição de que é possível resolver a questão camponesa por meio de assentamentos.

O desenvolvimento agroindustrial está longe de se alastrar por todos os estados e regiões e extinguir as formas camponesas de produção, em parte de características pré-capitalistas (trabalho familiar, de subsistência, de força física, destituído de tecnologia e quase desligado do mercado). A agricultura capitalista tecnificada e de alta produtividade permanece concentrada em alguns estados e regiões.

Nem de longe se explora o potencial agrícola das vastas e férteis terras brasileiras. O monopólio da terra foi uma trava no passado e também no presente às forças produtivas agrárias e do conjunto da economia.

Durante toda uma fase em que a incipiência da agricultura capitalista indicava os condicionamentos das velhas relações herdadas do pré-capitalismo colonial, a reforma agrária surgia como uma resposta às travas latifundiárias e para liberar as forças produtivas do campo. Já não é mais assim. Agora, o complexo agroindustrial que impulsionou a economia agroexportadora se levanta como a trava, dada a alta concentração regional, aos condicionamentos das commodities, à monocultura e às imposições do capital financeiro. Nas condições econômicas e tecnológicas atuais, a produção de 180 milhões de toneladas de grãos é raquítica.

A expropriação da agroindústria, a nacionalização das terras e a coletivização da produção libertarão as forças produtivas do capital. O que possibilitará a produção camponesa ocorrer em melhores condições e se dissolver progressivamente nas relações avançadas da agricultura coletiva.

É necessário evidenciar as forças sociais que se colocam diante da revolução agrária. Os camponeses pobres (sem terra, minifundistas, parceiros, arrendatários, ribeirinhos) e o proletariado (urbano e rural) são as forças sociais das transformações. A burguesia comparece unida em defesa da grande propriedade privada dos meios de produção e conta com o apoio do imperialismo. Não há como derrotá-la sem a aliança operário-camponesa.

A luta pela expropriação da fração agrária burguesa é a mesma que se trava contra o conjunto da burguesia e contra o imperialismo. São impensáveis as transformações agrárias (nas relações de propriedade e de classes) sem que não façam parte da revolução proletária.

O programa da nacionalização e da coletivização é concebido pelo proletariado. Na luta de classes, é preciso demonstrar aos pobres do campo que suas reivindicações não atendidas pela burguesia serão prontamente realizadas por um governo de aliança da maioria oprimida, ou seja, o governo operário e camponês.

A posição pequeno-burguesa (MST, setores petistas, etc.) de conquistar uma reforma agrária por meio de um governo burguês progressista (o governo do PT é o máximo de “progressismo” possível) expressa a renúncia à luta pela derrubada da burguesia do poder e renega na prática forjar a aliança operário-camponesa. Ao contrário, o programa de expropriação revolucionária e de nacionalização das terras leva à luta pelo poder operário e camponês.

O problema da direção revolucionária

O programa se materializa na luta de classes e na organização dos explorados, dirigidos a impor derrotas à burguesia

Por trás dos baixos índices oficiais de desemprego

O governo e a burocracia sindical enaltecem os dados oficiais de 5,4% de desemprego. Dizem que as taxas são baixas e que nos dois últimos meses a tendência é de queda em função das contratações de final de ano. Mas o que revela esse dado oficial?

- 1) O número de trabalhadores com emprego caiu. Apesar da queda ser considerada pequena. Havia uma expectativa de que ficaria em torno de 5,2%.
- 2) Houve uma diminuição da população economicamente ativa (PEA), principalmente entre os jovens. A PEA de setembro acusou um acréscimo de mil pessoas, sendo que a média nesse período é de 122 mil pessoas. Nesse segundo semestre, agosto e setembro, o recuo da PEA é um elemento que provoca índices menores de desemprego. Tem ocorrido nos últimos três meses uma contratação menor de jovens entre 18 e 24 anos. Se se levar em conta o período de dezembro de 2012 a setembro de 2013, houve uma redução de 8% dos jovens ocupados. Também diminuíram as contratações na faixa de 25 a 49 anos, que representa cerca de 60% da PEA. Esses dois fatores contribuíram para recuar a população economicamente ativa. A manutenção de baixo crescimento da PEA favorece a manutenção de baixa taxa de desemprego.
- 3) As contratações não são, prioritariamente, na produção industrial. Ocorrem em maior número no funcionalismo público e nos serviços em geral. O que ajudou a não ser tão drástica a queda da população ocupada.

O fato é que embora a taxa de desemprego seja considerada historicamente baixa, há milhões de jovens que estão fora do mercado de trabalho e outros milhões de trabalhadores se encontram desempregados. Os articuladores da política gover-

e a lutar pelo poder do Estado. Mas o programa é elaborado e defendido pelo partido revolucionário. E este somente pode ser um organizador da luta dos explorados se se constituir no seio do proletariado e estender sua ação aos camponeses.

Ainda não temos esse partido. O POR está em construção e deve se fortalecer trabalhando pelo programa.

O PCB fracassou com a posição de que a reforma agrária seria realizada por um setor progressista da burguesia. O PT se propôs a constituir um governo democrático e popular que cumpriria a tarefa democrática aspirada pelos camponeses. Mal começou a governar, se mostrou limitado pelo poder real da burguesia e em particular da oligarquia agrária. A bandeira de governo democrático e popular da esquerda reformista não passa de uma fórmula para ocultar o caráter de classe do governo petista, que é burguês. O MST se enfileirou por trás do PT e se afunda nas migalhas dos assentamentos. Sua direção declarou o movimento como autônomo diante dos partidos. Mas se submeteu à política do PT.

É sobre a base dessa experiência que construímos o POR. Há uma necessidade urgente de militância abrir a discussão sobre o programa do partido e o trabalho revolucionário no seio dos explorados.

namental justificam que as melhorias econômicas permitem que a juventude fique mais tempo na escola e retarde o seu ingresso como força de trabalho. Procuram omitir o dado estarrecedor de que a maioria dos jovens não se encontra nas escolas. A realidade indica que uma massa de jovens está fora da escola e do trabalho. No Brasil, dos 27,3 milhões de jovens entre 18 a 24 anos, 7,1 milhões não estudam e não trabalham. E que 1,7 milhão de adolescentes (15 a 17 anos) não está na escola. Em uma recente pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostrou-se que o problema se encontra na difícil situação do mercado de trabalho. O que quer dizer que a economia do País está desacelerando e uma

parcela não pode ser incorporada como força de trabalho. Sem dizer que os demitidos encontram dificuldades para retornar como população economicamente ativa.

Os dados oficiais de desemprego maquiavam essa dura realidade e escondem o peso da crise econômica sobre os explorados. A burocracia sindical pró-governo utiliza os sindicatos e a imprensa para comemorar os baixos índices de desemprego, ocultando o avanço da crise e os ataques capitalistas aos postos de trabalho. Reforçam, assim, a política de amortecimento da

luta de classes. Essa conduta, certamente, terá fôlego curto na medida em que a crise avançar e os explorados sentirem na pele os efeitos das demissões, desemprego, alta inflacionária e a crescente marginalização de seus filhos.

Se há desemprego e subemprego (por menor que seja), é tarefa levantar as reivindicações de defesa dos trabalhadores. Entre elas, a escala móvel das horas de trabalho, que implica a redução da jornada sem diminuir o salário. E a combinação dos estudos com o trabalho, por meio da bandeira de emprego a todos os jovens e o acesso à escola.

Taxas de desemprego total
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Julho/2012-Julho/2013

Regiões	Em porcentagem	
	Jul-12	Jul-13
Total	10,7	10,9
Belo Horizonte	5,0	7,1
Distrito Federal	12,7	12,1
Fortaleza	9,7	8,4
Porto Alegre	7,0	6,7
Recife	11,6	13,4
Salvador	17,8	18,7
São Paulo	11,1	11,0

Governo pretende mudar o seguro desemprego

O discurso governamental em favor da baixa taxa de desemprego contradiz com a sua pretensão de modificar as regras do seguro-desemprego. O governo convocou as Centrais Sindicais diante do crescimento dos gastos com o seguro-desemprego. Diz que teve de reforçar o caixa em R\$ 4,92 bilhões. E que é necessário adotar medidas para corrigir essa tendência de crescimento dos gastos com o seguro-desemprego. Se cresce o seguro-desemprego é porque aumenta o número de trabalhadores que é obrigado a recorrer a esse direito. Não podemos esquecer das falcaturas que saqueiam o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de onde provém o seguro desemprego.

O governo vive alterando as regras para se obter o seguro-desemprego. Criou as parcelas (de 3 a 5) que variam de acordo com o tempo de trabalho na empresa. Criou uma obrigação entre a solicitação desse direito à participação de cursos de qualificação. Vinculou o Programa “Mais-Emprego” com o recebimento do benefício (caso o trabalhador rejeitar a vaga oferecida perde o direito de receber o seguro). Agora, quer impor mais regras para diminuir os gastos com

o pagamento do seguro.

Por outro lado, os capitalistas impõem acordos para não pagar a multa de 40% em caso de demissão sem justa causa. Assim, o trabalhador recebe o seguro-desemprego, mas “aceita” devolver o dinheiro da multa de rescisão. Ficam livres de pagar a rescisão contratual e, assim, podem demitir à vontade.

O seguro-desemprego é o mínimo que um sistema de exploração do trabalho pode proporcionar aos seus escravos assalariados. Por isso, foi uma conquista dos trabalhadores que vem sendo arrancada pelos governantes. O custo de demissão e a proteção do trabalhador demitido são de inteira responsabilidade do capitalista e de seus representantes no governo. Não há como combater a corrupção que envolve os recursos do FAT e não há como deixar nas mãos do governo o controle desse recurso. O FAT tem de estar sob o controle operário. Nesse sentido, a tarefa dos sindicatos e das Centrais é exigir o fim das regras que limitam o direito ao seguro-desemprego, entre elas o de ter a contrato em carteira. Estender o direito a todo trabalhador demitido

A rotatividade golpeia os jovens trabalhadores

É entre os trabalhadores jovens (18 a 24 anos) que se manifestam as altas taxas de rotatividade. Os setores que mais admitem a mão-de-obra jovem são também os que apresentam as maiores taxas de rotatividade, como o comércio e a construção. E os que mantêm os elevados índices de rotatividade são os que contratam com os salários mais baixos. Uma das razões da alta rotatividade é a expansão da terceirização.

Os jovens estão expostos à mais brutal exploração do trabalho, mutilando sua capacidade produtiva nessa etapa de vida de desenvolvimento de suas capacidades físicas e mentais. En-

frentam altas taxas de rotatividade, não têm direito ao seguro-desemprego (permanecem menos de seis meses na empresa ou não têm contrato em carteira), estão entre os milhões de assalariados que recebem o salário mínimo e que terão de trabalhar mais tempo para conseguir uma aposentadoria.

Defender a juventude é combater a rotatividade. A reivindicação da estabilidade no emprego é fundamental. Bem como a garantia do salário mínimo vital. Para combater a rotatividade, é preciso lutar para pôr fim à terceirização, efetivando todos os terceirizados

Restrição ainda maior para o direito de greve

O PMDB, através do senador Romero Jucá, apresentou o projeto de lei para disciplinar o direito de greve dos servidores públicos. No dia 20 de novembro, será votado na Comissão Mista de Consolidação de Leis e encaminhado para o plenário. O Congresso tem pressa para impor a nova legislação de greve, porque em 2014, ano da Copa do Mundo, o funcionalismo não poderá paralisar o trabalho.

Assim, o PMDB, base aliada mais forte do governo do PT, criou medidas draconianas contra a já débil liberdade de greve. Cinco dessas medidas resumem o projeto do PMDB: 1) os servidores ficam proibidos de decretarem a greve por completo no serviço público. Precisam manter 50% em funcionamento; 2) Se o serviço é considerado essencial, esse percentual sobe para 60%; 3) se envolver policiais e bombeiros, a paralisação só poderá atingir 20%; 4) o desconto dos dias parados será efetuado imediatamente;

5) a greve tem de ser avisada com 15 dias de antecedência aos organismos responsáveis. Além disso, permanecem as multas aos sindicatos e processos administrativos e criminais aos que não acatarem a lei que regulamenta o direito de greve.

Como se vê, não há direito de greve para nenhum tipo de trabalhador. Cada vez mais, as medidas são cruéis contra o direito elementar de paralisar o trabalho para exigir o atendimento de reivindicações vitais. Mas a burocracia sindical quer sempre arrumar um jeito de amenizar o que não pode ser amainado. Questiona o fato do projeto ser “autoritário”, porque as Centrais não foram ouvidas. É incapaz de fazer a defesa do direito legítimo de greve e desfechar uma campanha nacional nas ruas contra todas as medidas que tolgem o direito de livre manifestação e expressão, que inclui a greve em todos os setores de trabalhadores.

Greve dos trabalhadores da construção civil derrota patrões, arranca 10% e desmascara pelegada do Sintepav e Força Sindical

Caíram as máscaras: duas faces da mesma moeda

Foi desmascarada a tentativa frustrada do banditismo sindical (Sintepav/Força Sindical) em conluio com os patrões para atrapalhar nossa campanha salarial 2013 e vender a categoria no balcão de negócios que se tornou para esta chusma de pelegos à luta sindical. Botando pra correr com o rabinho entre as pernas todo o bando teleguiado pelos patrões; seus bate-paus, caminhão de som, fazendo engolir, uma a uma, cada mentira descarada, com microfone goela abaixo e tudo mais, os trabalhadores da obra de construção da fábrica da FIAT em Goiana e o Marreta unidos umbilicalmente, revelaram através do espelho refletor da luta, ao fim e ao cabo, o verdadeiro e sinistro papel dos pelegos do Sintepav e da Força Sindical que se esmeraram em malograr nossa campanha salarial nivelando por baixo nossas reivindicações, colocando em uma camisa de força a Marreta na mesa de negociação com a patronal.

Descobrimos a tempo, ademais, que por trás da movimentação repentina, inesperada e frenética dos pelegos, metidos agora, como nunca, a paladinos do “radicalismo” amarelo, que existia uma articulação, um entrelaçamento com a patronal (Sinduscom) e a Construcap (consórcio responsável pela obra da FIAT), que, tremendo de medo de uma poderosa greve, se anteciparam e armaram esta arapuca, para com isso condicionar a campanha salarial a um fiasco e a derrota econômica e política, no que fracassaram vergonhosa e rotundamente.

Na Rua da Concórdia, Discórdia Flagrante entre Capital e Trabalho.

Atearam fogo em farto material inflamável. O que os patrões temiam aconteceu, logo em seguida foi desencadeada em 25 de Outubro, e a todo vapor, uma massiva greve que paralisou todos os canteiros da construção em Pernambuco, decisão unânime tomada por mais de seis (6) mil trabalhadores numa empolgante e eletrizante assembleia logo após a última rodada de negociação. Daí em diante, a discórdia, o combustível, a ignição e a fagulha. Os trabalhadores que inundaram a Rua da Concórdia (discórdia) como um oceano agitado de massas, aglomerados como uma massa compacta sólida e firme em frente da Marreta (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Pesada de Pernambuco) anunciando, trombeteando que a relação entre capital e trabalho e sua consequente luta é inconciliável e a concórdia impossível e inexequível. Uma alquimia que só e tão somente é capaz de realizar o mais vagabundo e cretino oportunismo, com efeito de duração não muito, historicamente, prolongado.

Quebra de braços, o braço mais forte é o dos patrões ou o dos trabalhadores?

Após duríssima, exaustiva, suada e difícil negociação

com a cloaca patronal, aglutinada no SINDUSCOM e ADEMI (Sindicato e representação Patronal) encarando a cara de pau, o cinismo, o deboche e o achincalhe dos patrões, que começaram oferecendo o acinte de 0%, logo depois, com muita porrada, chegaram a “oferta generosa” de 4.57% e, com mais pancadaria, chegaram a “caridosa” oferta de reajuste de 5.07%, reajustes percentualmente abaixo da inflação e do INPC, sem descanso a todo o momento os patrões queriam pisotear a convenção coletiva da categoria para fazer retroceder todas as conquistas sociais e políticas arrancadas ao longo de mais de 15 anos de muito sacrifício e combativa luta dos trabalhadores, logo e imediatamente foram firmemente rechaçados pela Marreta e comissão de negociação. Sem vencer o impasse criado pela patronal, o desaguadouro foi à via de uma vibrante, robusta e combativa greve, o braço forte de fato dos trabalhadores iria vibrar sua potência nesta quebra de braços.

Greve, única linguagem que os patrões entendem.

Com piquetes de greve que envolveram centenas de trabalhadores que afluíam em ondas todos os dias ao sindicato, foram parando de canteiro a canteiro, da capital às pequenas e às grandes cidades do pólo do interior, derrubando tapumes e portões, pondo para correr os fura greves e puxa sacos de plantão, enfrentando a policia a jagunçada e os patrões com suas ameaças, chantagens e pressões, uma semana de greve e a força dos trabalhadores foi suficiente para se fazer sentir de quem era definitivamente o braço mais forte. Os patrões que apostavam em uma saída no tapetão da sua justiça, foram dobrados, vergados; sua arrogância também e a tagarelice da mídia venal e da pelegada, a linguagem da greve soa como trilha sonora do pesadelo dos patrões.

Fruto deste ruído, da luta e da mobilização massiva dos trabalhadores, a marreta conquistou com uma “greve de velho tipo”, 10% de reajuste salarial, 100% de horas extras e a convenção coletiva, tão cara para a categoria da construção, ficou intacta nas suas principais conquistas, sociais e políticas, os dias parados não foram descontados ou compensados e o DSR (descanso semanal remunerado) garantido etc. nós fizemos os patrões soletrarem GRE-VE.

Capital e trabalho podem falar a mesma língua?

Podemos tirar variadas lições desta greve, não por acaso a chamamos de “velho tipo”, velho tipo por que se desenvolveu como uma autêntica greve de trabalhadores no estilo, no conteúdo e na forma. Com identidade, digital e acima de tudo espírito proletário e combatente. A principal lição, entretanto, que deriva dela, é que a conciliação, a inércia, o pacifismo, o legalismo e a lógica eleitoreira, as saídas “negociadas” a frio e os falastrões da pelegada de coloração vermelha ou amarelada

nos levam a um único vaticínio fatal, a derrota em termos econômicos e políticos.

Deixa-nos a taxativa e cristalina lição que o caminho trilhado, o único onde os trabalhadores devem se lançar e apostar é o da luta, combativa, classista e independente. Só através da linguagem das greves, piquetes, barricadas, marchas e ocupações etc., linguagem esta única capaz de fazer os patrões se dobrarem e necessidade premente, condição

sem a qual os trabalhadores não podem prescindir para exercitar intensa e profusamente esta linguagem é antes de tudo, se livrar de todo entulho e velhacaria da via eleitoreira e legalista do oportunismo, que os soterram, soterram suas organizações e lutas, e levantarem-se em pungentes e poderosos movimentos de massas, greves e protestos populares. Desenvolvamos, pois os protestos populares e as greves de massas.

Partidos se movimentam em torno da disputa eleitoral em 2014

A corrida eleitoral entre os partidos da ordem burguesa está claramente em curso e tem tomado proporções maiores nas últimas semanas. Além da criação de dois novos partidos, o Solidariedade (SDD) do Paulinho da Força Sindical e o Partido Republicano da Ordem Social (Pros), que abrigou a oligarquia Ferreira Gomes do Ceará, a adesão de Marina Silva, com a impossibilidade de criação do partido Rede Sustentabilidade, ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) de Eduardo Campos acirrou a disputa eleitoral para 2014. O PSB não só se afastou do governo Dilma Rousseff (PT) como entregou todos os cargos em secretarias e ministérios nos governos federal e estaduais.

O governo Dilma teve de enfrentar uma onda de protestos e manifestações em todo o país nos meses de junho e julho, refletindo nas pesquisas e índices de popularidade, que teve uma relativa queda. Após as manifestações, a popularidade de Dilma teve uma leve recuperação, mas praticamente se estabilizou nas últimas semanas. Em pesquisa divulgada em 07/11, encomendada pela Confederação Nacional de Transportes (CNT), o índice de popularidade de Dilma teria passado de 38,1%, em setembro, para 39% nos últimos dias. O índice de aprovação, quanto ao desempenho pessoal da presidente, teria aumentado de 50% para 58,8%. De qualquer forma, mesmo com um leve aumento, os índices continuam muito abaixo dos anteriores ao mês de junho e julho. Antes das manifestações, a presidente tinha 73,7% de aprovação e a avaliação po-

sitiva do governo era de 54,2%. O fato é que o avanço da crise capitalista com impacto nos níveis de inflação, desemprego, baixo crescimento do PIB, entre outros fatores, e o ascenso na luta de classes tiveram impacto sobre o cenário político no país.

Três candidaturas estão sendo costuradas pelos principais partidos: a reeleição de Dilma Rousseff (PT e base de apoio), a de Aécio Neves (PSDB) e, possivelmente, a de Eduardo Campos (PSB), com o apoio de Marina Silva. As últimas pesquisas eleitorais indicam que sem Marina Silva na disputa em 2014, Dilma teria 43,5% dos votos, contra 19,3% de tucano Aécio Neves e 9,5% do governo de Pernambuco e presidente nacional do PSB, Eduardo Campos. O percentual de votos nulos, em branco e em nenhum dos candidatos somam 20% e 7,8% não souberam responder. Com Marina na disputa, teria 40,6% de intenções de voto, contra 22,6% de Marina e 16,5% de Aécio, sendo 14,9% de brancos, nulos e que não votariam em qualquer dos candidatos e 5,4% os que não souberam responder. Os dados indicam que o cenário no campo dos partidos da ordem burguesa pode se modificar com uma eventual candidatura de Mariana com Eduardo Campos como vice. Por enquanto, o governador de Pernambuco não abre mão de sua candidatura e a impôs a ferro e fogo, o que resultou, por exemplo, na saída da oligarquia Ferreira Gomes.

No campo da esquerda, o PSTU lançou chamado ao PSol e PCB para a cons-

tituição da chamada Frente de Esquerda nos moldes já tradicionais, a partir de um acordo de cúpula entre as correntes, o que tem resultado não na utilização das eleições como tribuna revolucionária de denúncia da sociedade capitalista, do parlamento, do Estado e da democracia burguesa, além da defesa das reivindicações das massas exploradas e, como deveriam fazer os revolucionários, mas em defesa plataforma rebaixada e reforço das ilusões dos explorados na democracia dos capitalistas, com promessas de que um governo dos trabalhadores saído das eleições burguesas será capaz de impor as reivindicações aos capitalistas e iniciar as transformações necessárias. Nisso, o PSTU sequer se diferencia do PT, tratando-se da estratégia reformista do governo dos trabalhadores. O POR nunca se negou a constituir uma frente para intervir nas eleições burguesas. Ao contrário, chegamos a fazer uma experiência em Natal-RN nas últimas eleições, participando de plenárias convocadas pelo PSol e PSTU, na defesa de um programa revolucionário de intervenção nas eleições e no parlamento e do método da luta de classes. Entretanto, o PSTU esvaziou as plenárias e, pelo método do acordo de cúpulas, fechou em separado uma aliança com o PSol com um programa rebaixado e adaptado à limitada atuação eleitoral. Trata-se de atuar nas próximas eleições com um programa revolucionário e com o método da luta de classes, únicos capazes de superar as ilusões das massas na democracia, nas eleições, parlamento e partidos burgueses.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

O movimento por democracia na USP amarrado pela política da direção do DCE (PSol/PSTU)

Depois de 30 dias de greve e ocupação, a reitoria apresentou na negociação uma proposta por escrito. No dia 31/10, formalizou um termo de acordo para por fim à greve e ocupação.

Esse termo não contém um único compromisso concreto favorável aos estudantes. E contém a reafirmação de que haverá processos.

A reitoria reafirma promessas que já vinham sendo feitas e propõe comissões para discutir pontos da pauta de reivindicações. A entrega dos blocos K e L é promessa de Rodas desde 2010, e exatamente desta forma consta no termo. A estatuinte é uma intenção da burocracia, demonstrada na votação majoritária do C.O. de 01/10/13. A reivindicação de eleições diretas para reitor ficou subordinada à estatuinte, que por sua vez está subordinada ao mesmo C.O. que nega seu atendimento. Comissões que discutirão as demais demandas não têm poder de decisão. As demais promessas não têm prazo para serem colocadas em prática.

A assembleia que recebeu o informe da comissão de negociação se mostrou bastante desfavorável à sua aprovação. A direção do DCE ficou numa situação difícil, e preferiu se calar diante da proposta de rejeição integral do termo e continuidade da greve. Avaliou que poderia pressionar a reitoria por alguma migalha acerca da não repressão aos lutadores deste movimento, e ir acabando com a greve nos cursos, para depois dar o tiro de misericórdia na próxima assembleia geral.

A assembleia se estendeu bastante pelos informes da negociação. Logo após votar a não aceitação do termo, a LER-QI e o MNN tentaram abrir uma discussão de contraproposta sobre cada item do termo, que acabara de ser rejeitado no seu conjunto. Ao contrário, a Corrente Proletária/POR defendeu que o mais importante era votar manifestação de rua, em unidade com os demais movimentos, para aumentar a pressão sobre o reitor. A direção do DCE, acuada por ter de recusar o termo, não queria submeter a sua negociação às contrapropostas da oposição, e também se colocou por votar o calendário. Jogou para isso com seu controle sobre o comando de greve, onde tem maioria a partir de delegados de cursos que não estão em greve.

A direção defende o fim da greve

O comando de greve, reunido no dia 04/11, viu a direção do DCE dar uma guinada para sua verdadeira posição e interesse: PSol/PSTU passaram a convocar massivamente a assembleia de 06/11, com o objetivo de encerrar a greve e aprovar o mesmo termo que rejeitaram dias antes. Impuseram a aprovação de indicativo de fim de greve no comando de greve. Minutos depois, o Tribunal de Justiça decidiu favoravelmente ao recurso da reitoria e ordenou a desocupação militar do prédio. A direção do DCE passou a noticiar amplamente que já havia uma indicação do comando de greve pelo fim da greve e da ocupação, pedindo que a repressão não fosse despejada e que os estudantes saíssem logo da sede da burocracia.

A maior parte das assembleias de cursos votou indicativo de fim de greve. A direção do DCE fez a maior campanha de

convocação de assembleia de que se tem notícia: boletim específico, cartazes, evento no facebook, ônibus de São Carlos para trazer gente e votar a aceitação do termo da reitoria, fim da greve e da ocupação.

Qual não foi sua surpresa, no dia 06/11, quando uma assembleia de mais de 1300 estudantes se manifestava fortemente contra o acordo e em favor da continuidade da greve. Todo o empenho feito pela direção em favor da conciliação ia por água abaixo. Numa votação com contraste, a direção pediu contagem e verificou que 747 estudantes, contra 562, recusavam o termo da reitoria e mantinham a greve e a ocupação. Não faltaram os boatos de que a Tropa de Choque estava nas proximidades, para perturbar a votação. Imediatamente após o resultado, tramaram o fim da assembleia. Conseguiram aprovar que todos deveriam se dirigir à ocupação para defendê-la, e deveria haver nova assembleia no dia seguinte.

A assembleia de 07/11 aconteceu no mesmo horário em que o ato contra a repressão policial na periferia da cidade. Não teve convocação. Com cerca de um terço dos presentes na assembleia do dia anterior, iniciou-se com a avaliação do que houve na véspera. Tinha a tarefa de discutir e votar as propostas apresentadas na noite anterior. Mas a direção do DCE, convenientemente, as “perdeu”. Novas propostas foram levantadas, a começar pela desocupação da reitoria, derrotada horas antes. Apesar de uma assembleia sempre ser soberana em relação a outra e mesmo numa mesma assembleia se poderem revotar decisões, a tentativa de mudar numa assembleia de 500 a decisão tomada horas antes por 1300 é uma manobra, uma tentativa de golpe contra a resolução da maioria.

Após inúmeras questões de ordem, discutiu-se e votou-se por estreita margem que não se abriria novamente a discussão sobre o tema.

A organização da luta ganha importância decisiva

A Corrente Proletária defendeu que se discutisse imediatamente o comando de greve e depois o calendário de luta. É preciso um comando de greve que expresse a greve e não os contra a greve. Mas o MNN votou com o DCE que o calendário deveria vir antes, e a LER-QI se absteve. Diante da estreita margem da votação, assumiram a responsabilidade pela preservação do controle do DCE sobre o comando.

Na discussão de calendário, a direção do DCE procurou enrolar o máximo possível. Teve ajuda importante da LER-QI, que se dispôs a discutir e votar por contagem uma diferença com o PSol/PSTU sobre se se deveria encaminhar à associação de moradores um indicativo de data ou não para a demolição de parte do muro que separa a favela da USP. Uma hora se perdeu nessa questão, inviabilizando a discussão sobre o comando. Assim, por mais que a assembleia decida, o comando que vai colocar as decisões em prática tem suas mãos livres para sabotar o movimento, como já o fez com a decisão de fazer um ato de rua em conjunto com os movimentos sociais no último dia 22/10, a provada em assembleia contra a vontade da

direção, mas que foi sabotado no comando.

A perspectiva do movimento, que foi limitado pela política da direção, depende dos cursos que permanecem mobilizados. De sua capacidade de projetar a luta para fora da universidade e pressionar o governo, que manda no reitor e na burocracia.

A defesa das bandeiras

A derrota do termo da reitoria foi importante porque o movimento não abandonou suas bandeiras em função da conciliação com a reitoria. Há três semanas, a direção do DCE conseguiu separar as reivindicações em eixos e bandeiras, fazendo o movimento abandonar a defesa do governo tripartite e da dissolução do CO, aprovados nas duas primeiras assembleias. Essas reivindicações dependem de uma derrota política da reitoria/governo para serem alcançadas, são portanto inegociáveis, não se prestam à conciliação. Agora, a direção do DCE tentou jogar fora até mesmo os chamados eixos que usou para tentar chegar a um acordo de migalhas com a reitoria, reivin-

Publicamos abaixo trechos dos boletins da Corrente Proletária

Uma armadilha para por fim à luta por democracia na USP

Na última quinta-feira, houve mais uma reunião de “negociação” com os representantes da reitoria. Apresentou-se um termo de acordo, que foi rejeitado na assembleia geral de estudantes. Temos denunciado que a “negociação” de Rodas é uma farsa. O resultado das negociações entre a comissão de negociação (controlada pela direção do DCE – PSol/PSTU) e a reitoria mostra que se preparou uma armadilha para o movimento estudantil, que luta pela democracia universitária:

1) **A separação das reivindicações entre eixos e bandeiras visava à conciliação com a reitoria e a renúncia às bandeiras de Governo Tripartite e Dissolução do C.O.** Quando a direção do DCE propôs que se dividissem as reivindicações em eixos e bandeiras, seu objetivo foi o de levar à negociação com a reitoria apenas os pontos que julgava serem passíveis de se chegar a um acordo. Por isso, o governo tripartite e a dissolução do C.O. teriam de ficar de fora, pois não há como conciliar com a reitoria sobre essas bandeiras. Elas só podem ser conquistadas por meio de uma luta capaz de impor uma profunda derrota política à reitoria/governo, nunca por meio da negociação. Não é possível negociar o governo tripartite, ele implica a derrota total da burocracia e o fim de seu governo. **Conclusão: a “negociação” dos eixos e exclusão das demais reivindicações foi um meio para se chegar a um acordo com a reitoria, que levasse ao fim da luta pela real democracia universitária em troca de migalhas.**

2) **A renúncia a condicionar a negociação ao fim da repressão visava ao acordo ao redor de migalhas.** Temos defendido em todas as assembleias que não se pode negociar de verdade sob o ataque da repressão e perseguição políticas. A direção do DCE, que controla a comissão de negociação, tem negociado em busca do que chamam de “conquistas”, que não passam de reafirmações de promessas da reitoria, nada de concreto. Isso que chamam de “conquistas” chegou a ser oferecido pela reitoria, mas junto delas veio a reafirmação de que haverá processos “com direito à ampla defesa”. Esse ponto emperrou o “acordão” planejado. A direção do DCE estava disposta a aceitar a continuidade dos processos políticos anteriores e

dicações reformistas defendidas por ela, em troca de apoiar promessas vazias e comissões palpiteiras. A pior situação para o movimento seria a que abre mão das suas próprias reivindicações. Isso fecharia o caminho para retomá-las no futuro, levaria a mais um período de refluxo, como ocorreu em 2008, e que concluiu na abertura da ofensiva repressiva da reitoria (demissão de Brandão). O movimento hoje está enfraquecido, mas não por desgaste. O enfraquecimento é resultado da política da direção do DCE, que buscou desde sempre chegar à conciliação com a reitoria, limitar a luta à pressão por essa conciliação e não o choque frontal, fomentou o corporativismo de não unificar com os demais movimentos fora da universidade e negociou pautas específicas nos cursos, o que levou vários deles a abandonarem a luta geral.

O destino do movimento está na possibilidade dos cursos em que a mobilização não foi esmagada por essa política se projetar como luta política contra o governo, pela real autonomia e democracia universitárias.

a permanência da PM na USP, mas novos processos contra a própria direção do DCE tornariam mais difícil a conciliação. **Conclusão: a renúncia em colocar como condição o fim da repressão em função de buscar o acordo acabou dificultando o próprio acordo.**

3) **A “negociação” dos eixos depende do controle e limitação do movimento. Mas essa limitação abre o caminho para os ataques da direita.** A direção do DCE percebeu, pelas votações das duas primeiras assembleias e pelo que aconteceu na manifestação de 15/10, que um movimento massivo e de rua ultrapassaria sua política de “democratização” da universidade, colocando a luta direta pela derrubada da burocracia universitária, e também ultrapassaria seus métodos de luta, radicalizando o conflito e dificultando a “negociação” com a reitoria. Desde então, passou a defender manifestações menores e mais internas à universidade, de tal forma que as mantivesse sob controle. Essa linha dificulta que se expressem as tendências de luta mais radicais, presentes no movimento, e que exigiam nas primeiras assembleias “sem reitor”, por meio do governo tripartite, e se mostraram dispostas a ir às ruas e unificar com as demais lutas que acontecem. Por outro lado, a limitação das ações do movimento favorece o ascenso da direita, que se manifesta na organização por professores de uma camada de estudantes fura-greves que vão furiosos às assembleias para votar o fim do movimento. **Conclusão: a busca pela “negociação” de migalhas obriga a direção a limitar o movimento e isso estrangula a possibilidade de aumentar a pressão sobre a reitoria.**

A direção do DCE começou a preparar o fim do movimento ainda no seu início, quando descartou a maioria das reivindicações e principalmente aquelas que não seriam negociáveis com a reitoria. A escolha de eixos para negociar serviu à renúncia por lutar pela bandeira de real democracia e autonomia universitárias, expressa na defesa do governo tripartite de mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária. **A “negociação” de eixos não passou de armadilha para levar o movimento a um acordo miserável com a reitoria!**

Um comando de greve onde quem decide são os que não estão em greve. Uma comissão de negociação da greve com delegados que não estão em greve.

A democracia direta tem como característica o fato dos que discutem e decidem são os mesmos que colocam essas decisões na prática, diferentemente da chamada democracia representativa, em que os que decidem entregam a outros a realização de suas decisões.

O movimento estudantil tomou emprestado do movimento operário métodos de mobilização, como a greve. Ligados a esses métodos, a forma organizativa da democracia operária, a soberania das assembleias, com pleno direito à manifestação e expressão e decisão de diferenças por decisão de maioria. Assim, os que discutem e decidem também põem em prática suas decisões. Mas

O governo tripartite é a expressão da real autonomia e democracia universitárias. A defesa do ensino público e gratuito a todos, por meio da estatização sem indenização e controle coletivo pelos que estudam e trabalham, é a bandeira de unidade com a juventude excluída do direito de estudar.

O movimento estudantil na USP deu um grande salto quando, na primeira assembleia de greve, votou a bandeira do governo tripartite, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária (apesar de não ter aprovado o voto universal). Não é à toa que essa é a bandeira mais atacada pela imprensa reacionária quando critica a greve estudantil e defende a escolha do reitor pelo mérito dos professores. O Estadão a tem atacado sistematicamente, mostrando que mudanças na forma de escolha da administração da universidade são discutíveis, mas entregar o poder aos que estudam e trabalham, não! A estrutura de poder atual, abertamente autoritária ou disfarçada por meio de eleições diretas paritárias, serve ao controle do governo e dos capitalistas sobre a universidade. O governo tripartite subordinado à assembleia geral universitária arranca a universidade do controle dos governos/capitalistas, isso é inaceitável ao Estadão.

A estrutura burocrática autoritária é a forma da burguesia e seus governos controlarem a universidade à revelia da vontade e necessidades da maioria. Essa estrutura não tem como ser democrática, porque foi feita para ser autoritária. Por isso, é utópica a chamada “democratização” das instâncias autoritárias. Elas têm de ser destruídas pela mobilização dos que estudam e trabalham. A luta cria novas formas organizativas, fundamentadas na assembleia geral, e será o meio de conquistar a real autonomia universitária, que consiste na independência em relação aos governos e a burguesia. Ela só poderá existir

Mais uma prova de que a “negociação” de Rodas é uma farsa: enquanto “negociava”, pediu de novo que seja usada a Tropa de Choque contra o movimento estudantil

Temos denunciado sistematicamente que a “negociação” da reitoria é uma farsa. Eis as evidências:

1) Não negocia dentro da universidade. É intransigente quanto a isso. Não se sentiu pressionada sequer a ter de negociar sob a pressão dos estudantes no interior da USP.

2) Convocou a “negociação” mantendo a repressão sobre o movimento. Como é possível negociar com a faca da repressão no pescoço?

3) Não cedeu um milímetro quanto às reivindicações do movimento. As promessas contidas no termo de acordo, defendido pela direção do DCE (PSol/PSTU), não passaram de reafirmação de promessas anteriores. Manteve as eleições para reitor votadas por 2 mil membros dos conselhos centrais e Congregações, com resultado submetido ao governador. A estatuinte será aquela que a burocracia já planejava fazer, ou seja, submetida ao C.O. A entrega dos blocos K e L será feita quando possível... há quatro anos repete a mesma lorota. Os circulares continuarão privatizados e servindo às necessidades de lucro da empresa. A PM continuará no campus e os processos, eliminações e demissão políticos serão mantidos. E novos processos virão.

4) Fingiu discutir os chamados eixos do movimento com a comissão

não é assim que funciona nosso comando de greve e nossa comissão de negociação.

Cursos que não estão ou saíram da greve têm dezenas de delegados no comando. As assembleias que os elegeram foi há semanas! Os delegados eleitos para a comissão de negociação são de cursos que saíram da greve. Isso é uma deformação, que deve ser corrigida!

Propomos que os cursos que não estão em greve tenham no comando apenas um delegado. E que a comissão de negociação tenha os três membros eleitos de cursos em greve, e, desta vez, eleitos de forma proporcional!

assentada na soberania da assembleia geral universitária. A eleição de todos os cargos pelo voto direto e universal, com revogabilidade de mandato, garante a aplicação da democracia universitária na constituição do novo governo. Essa conquista depende da luta mais geral dos explorados contra os governos. Será uma conquista do proletariado e dos estudantes contra a burguesia e seus governos. Criará as condições para por fim à universidade burguesa, elitista, repetitiva, decorativa, com teoria e prática divorciadas, para por em seu lugar uma nova universidade, em que os trabalhadores que a sustentam a dirijam e transformem profundamente.

É preciso que os estudantes levistem sempre bandeiras e propostas de ação que permitam uni-los à luta dos explorados contra os exploradores. O primeiro passo nesse sentido é a defesa da reivindicação que coloca a unidade da juventude, na sua maioria excluída do direito universal à educação em todos os níveis: a estatização sem indenização da rede privada de ensino e controle coletivo pelos que estudam e trabalham. Somente o ensino único, público, gratuito e estatal, dará um passo concreto para efetivar o acesso de toda a juventude à educação em todos os níveis.

A estatização é uma bandeira também interna à universidade: ela se opõe à privatização do transporte, à terceirização, às fundações, etc. Devemos erguê-la bem alto em defesa do ensino público e gratuito!

de negociação controlada pela direção do DCE. Enquanto isso, recorreu da decisão do juiz de manter a ocupação da reitoria e agora tem em suas mãos uma liminar para jogar a Tropa de Choque contra os estudantes.

A reitoria está numa posição de força contra os estudantes. Agora, nem mesmo marca uma nova reunião de negociação, a considera encerrada. A direção do DCE faz campanha pelo fim da greve e aprova indicativo no comando de greve (esquizofrenicamente formado por maioria de delegados que não estão em greve).

A reitoria aumenta sua intransigência por causa da fraqueza demonstrada pela direção do DCE, que tem alardeado que a greve e a ocupação vão acabar no próximo dia 06/11.

Essa mesma direção que, na assembleia de 31/01, se colocou pela rejeição do acordo com a reitoria e manutenção da greve, com a exigência de que se rediscutissem os eixos e principalmente a não aceitação da repressão. **O que foi que mudou quanto a isso nesses poucos dias? NADA!!! A direção do DCE volta atrás e capitula diante da reitoria, defendendo o mesmo termo que rejeitou a poucos dias em troca de nada!!**

PSol/PSTU armaram a conciliação com a reitoria/governo: separaram as

reivindicações em eixos e bandeiras para negociar somente os eixos, considerados passíveis de acordo. As reivindicações de democracia radical, que dependiam de uma derrota política total da reitoria pela força da mobilização, como o governo tripartite, foram deixadas de lado, caracterizadas de “bandeiras” do movimento, que não servem ao conchavo. Essa direção se deu mal, porque a reitoria se mostrou intransigente, diante da tática de mobilização limitada e voltada ao entendimento, defendida pela dupla PSol/PSTU. Agora, afirmam desesperadamente que há conquistas que devem ser asseguradas, quando só existem reafirmações de promessas vãs.

Ato Contra o Assassinato do jovem Douglas da periferia de São Paulo

No dia 07 de novembro, aconteceu um ato contra o assassinato de Douglas, ocorrida na periferia da zona Leste de São Paulo pela Polícia Militar. O ato foi chamado pelo Comitê pela Desmilitarização da Polícia e tinha como essa como principal reivindicação, mas também participaram correntes que defendem a dissolução da polícia, como o POR e a Esquerda Marxista.

O ato foi marcado pela quantidade de policiais, que cercou do início ao fim a manifestação, principalmente quando chegou à Secretaria de Segurança Pública, onde havia a proposta de entrega da pauta de reivindicação ao Secretário. Ele sequer apareceu, ninguém recebeu o movimento. O ato ocorreu com aproximadamente 300 pessoas, qualquer tentativa de radicalização seria esmagado pelo cerco da polícia militar. O ato seguiu cercado pela polícia à Praça da Sé. Este cerco foi uma re-

ação do Estado às manifestações radicalizadas que ocorreram no bairro em que morava o jovem.

É preciso dizer NÃO à política conciliadora da direção do DCE e ampliar o movimento, rompendo o corporativismo dos cursos, indo às ruas e unindo aos demais movimentos sociais.

Rechacemos a farsa da “negociação” de Rodas! Aproveemos a continuidade da greve! Derrotemos o reitor/governo pela força das manifestações de rua!

Todos à assembleia geral estudantil! Contra a capitulação da direção do DCE, aproveemos o fortalecimento da luta!

Aumenta-se a opressão nos bairros, a morte do Douglas só fez explodir o ódio de classe dos mais oprimidos, que, além das condições precarizadas de existência, como falta de moradia, ameaças de despejos, serviços de saúde e educação sucateados, baixos salários, transportes caros, têm de enfrentar a violência da polícia. É diante deste ódio que se mostra com um caráter coletivizado em resposta à violência do Estado policial.

A burguesia reforça seus métodos repressivos: nesta semana, conseguiu aprovar a reintegração de posse da USP. Todos que se levantam estão sendo duramente perseguidos. Por isso, devemos buscar unidade nas ruas para combater a repressão do Estado e ser consequentes na defesa de nossas reivindicações.

Manifesto do POR distribuído na manifestação

Unidade das massas para derrotar a violência e repressão policiais!

O assassinato dos adolescentes Douglas Rodrigues e Jean Silva Nascimento na Zona Norte de São Paulo na última semana de outubro ganhou destaque nos jornais por causa das manifestações dos moradores da região, que bloquearam a Rodovia Fernão Dias, foram duramente reprimidos pela polícia, e fizeram barricadas, queimaram ônibus e caminhões. Dois dias antes, Severino Paulo de Oliveira morreu acertado por uma bala da polícia na Zona Sul da cidade, e a imprensa fechou os olhos ao protesto pacífico dos moradores.

Esses assassinatos são parte de uma onda de violência policial sobre os moradores das periferias das cidades, despejada contra a população pobre e negra. E também contra os movimentos sociais que se levantam por suas reivindicações. Neste momento, o movimento estudantil da USP, lutando por democracia, está na mira da Tropa de Choque, que está escalada para mais uma vez invadir a universidade.

O aumento da violência policial do Estado corresponde à decomposição do capitalismo. A crise mundial iniciada em 2008 se espalha em todo o mundo e leva as massas às ruas, em defesa das reivindicações, contra as tentativas dos governos/patrões de despejar o peso da crise sobre as costas dos assalariados e da juventude. Os estados, instrumentos da ditadura de classe da burguesia, têm seu caráter repressivo acentuado, com o impulso à repressão e perseguição políticas. O Estado policial é manejado para atacar as massas, opondo-se aos seus métodos de luta e bloqueando o atendimento de suas reivindicações. Os policiais são treinados e instigados a matar, constituem uma máquina de violência assassina. A ditadura militar no Brasil criou a PM dessa forma, visando ao enfrentamento contra os levantes das massas. Formados para a violência criminoso, ingressam nas organizações do crime (ou constituem as suas próprias) amparados pelo Estado.

Parte dos capitalistas, em busca da crescente valorização do capital apesar da crise econômica, se lança aos negócios criminosos, agigantando o narcotráfico, contrabando, etc. Atrai para as fileiras de

seus empregados parte da juventude sem perspectiva de trabalho ou estudo, mas também o corpo policial. O resultado é o aumento da criminalidade e violência, que recaem principalmente sobre a população pobre e negra.

As necessidades dos governos/capitalistas de usarem a repressão contra os movimentos sociais impulsiona as ações violentas da polícia, que passa a aumentar a repressão aleatória sobre a população pobre e negra. Esta é esmagada duplamente: pelos capitalistas, através da exploração de seu trabalho e imposição de condições de vida e trabalho miseráveis, e pela polícia, que a reprime nos movimentos e assassina seus filhos nas vizinhanças de onde mora.

A resposta à repressão policial e assassinatos tem de ser dada nas ruas, unindo os moradores das periferias reprimidos com os movimentos sociais atacados e perseguidos. Unir as reivindicações e métodos e ações de rua, para enfrentar os mesmos governos que reprimem. Forjar essa unidade aplicando a democracia operária, democracia direta, em que os que discutem e decidem são os mesmos que colocam suas decisões em prática: construir uma organização unitária de luta, um comando unitário de mobilização, com delegados eleitos nas assembleias de base. Romper o corporativismo das direções e conquistar a unidade dos oprimidos contra os opressores.

Levantar as bandeiras de unidade e defesa da vida e trabalho das massas (salário mínimo vital – 4 mil reais em nossos cálculos – corrigido automaticamente de acordo com a inflação; emprego a todos através da escala móvel de horas de trabalho – divisão de todo trabalho existente entre todos aptos a trabalhar, sem redução salarial). Defendê-las com a ação direta, nas ruas! Organizar os movimentos pela base! Constituir os Tribunais Populares para julgar e punir a burguesia e seus lacaios por seus crimes! Pela dissolução da PM e constituição de milícias populares!

Um congresso controlado pela burocracia, que não encaminhou o combate aos ataques de Haddad/PT

Realizou-se, entre os dias 29 de outubro e 01 de novembro, o 24º Congresso do Sinpeem, sindicato dos trabalhadores em Educação do município de São Paulo. A conjuntura estava marcada pela entrega do Campo de Libra pelo governo Dilma, pela tramitação do PL da terceirização (4330), pela luta dos estudantes da USP, mas principalmente pelo avanço do governo Haddad na implementação do Programa Mais Educação. Todas essas questões, inclusive a última, que afeta nossa categoria diretamente, passaram sem uma discussão aprofundada dos congressistas e sem que a resistência dos trabalhadores fosse organizada.

Qual era a tarefa central do congresso?

A expectativa da própria direção do sindicato, que tem o caudilho Cláudio Fonseca (PPS) à frente, é de que no ano que vem teremos 50 mil aulas a menos, em função da aplicação do ensino fundamental de nove anos e também do programa de reestruturação da rede (Mais Educação). Esse fato resultará em diminuição de salários de uma enorme parcela, com a perda da JEIF (Jornada Especial Integral de Formação). Muitos poderão ficar sem aulas (excedência).

Porém, o congresso terminou sem que fossem aprovadas medidas concretas para mobilizar os trabalhadores: nenhuma manifestação ou assembleia. Prevaleceu a política da direção, de esperar o pior acontecer sem convocar a categoria à luta. Ao menos uma resolução de rejeição do programa foi aprovada. Esta, entretanto, a depender da direção conciliadora do sindicato, certamente se tornará letra-morta.

Embora essa fosse a tarefa principal, existiam outras questões importantes a serem debatidas, dentre elas a questão sindical. As experiências das últimas greves demonstram o quanto nociva é a centralização burocrática do sindicato. A mais ampla democracia interna é uma necessidade para que essa ferramenta importante, que é a organização sindical, sirva para colocar a categoria em movimento.

Um congresso de formação acadêmica

Devido à experiência negativa dos anos passados, a Corrente Proletária passou a chamar os trabalhadores antes do congresso a rejeitar o formato proposto pela direção, com o predomínio de palestras e atividades culturais. Defendíamos que se organizasse ao redor da apresentação de teses, realização de grupos de discussão e das plenárias. Repetimos essa defesa no momento da aprovação do regimento. O intuito era garantir que houvesse condições para o debate político e para a aprovação das resoluções e medidas práticas correspondentes.

Nossa proposta contou com a oposição da diretoria e acabou sendo derrotada. Pesou a despolitização da maioria, atraída ao congresso pela dispensa do trabalho e pontuação na carreira. Assim, prevaleceram os painéis sobre temas alheios aos nossos

principais problemas, inclusive com alguns palestrantes defendendo as teses da burguesia para a Educação (responsabilização do professor pelo fracasso escolar, defesa da coexistência do ensino público e privado etc.). Daí nossa caracterização de que se tratou de um congresso distracionista.

Plano de lutas, sem lutas

No congresso anterior, a discussão sobre o plano de lutas ficou para o último momento, quando o plenário se encontrava esvaziado. Para evitar o equívoco, setores da oposição defenderam esse ano uma inversão da ordem das votações, para que sua aprovação fosse mais representativa, ao que a diretoria não se opôs. Contudo, o que se aprovou foi apenas uma lista de reivindicações (com a qual temos acordo na maior parte dos itens), sem apontar as medidas concretas para tirá-las do papel. Visava-se a uma manobra: aprovado o “plano de lutas”, a oposição não poderia dizer que o congresso foi distracionista.

Mas, a Corrente Proletária desmascarou a armadilha através da defesa do método da ação direta, com a necessidade de convocar a categoria às ruas e combater em seu próprio campo os ataques da burguesia e governos. Contra nossa proposta, satisfazendo o interesse da burocracia sindical, compareceram os governistas do Jornal O Trabalho (corrente interna do PT). Conclusão: já que o congresso não encaminhou campanhas efetivas, teremos que pressionar desde a base para transformar em mobilização a lista de reivindicações aprovada.

Choque da burocracia com o programa revolucionário

Algumas reivindicações que apresentamos eram consensuais, foram trazidas ao congresso por outros grupos também, a exemplo da luta contra a terceirização na Educação Infantil. A bandeira apresentada por nossa corrente, de escala móvel de reajuste, também foi aprovada, pois contou com a anuência da diretoria. Mesmo porque seria muito difícil se colocar contra a reposição automática das perdas salariais num momento de alta da inflação.

Outra resolução aprovada, com modificações que não alteraram sua essência, foi a escala móvel das horas de trabalho, que significa combater o desemprego e o subemprego através da divisão das horas nacionais de trabalho entre todos aptos a trabalhar, sem redução do salário. A ressalva feita foi apenas quanto à aplicação em nosso setor, que implica dividir as aulas para que não haja professor sem turmas, tendo sido resguardada a sua aplicação geral, de defesa da vida das massas contra a barbárie capitalista.

Porém, Cláudio Fonseca destacou várias resoluções da Corrente Proletária na Educação. O salário mínimo vital, a estabilidade a todos, a concepção de escola vinculada à produção social, o método da ação direta e a defesa do socialismo foram combatidos com argumentos falaciosos, com distorção das nossas propostas, recorrendo à legalidade burguesa e se

apoio no senso comum. A ausência dos grupos de discussão e o pouco tempo de defesa na plenária dificultaram nossa explicação sobre as resoluções.

Oposição dividida

O domínio do congresso pela diretoria majoritária (Cláudio Fonseca) foi facilitado pela divisão da oposição. Até houve acordo quanto à distribuição de um panfleto do Movimento por Democracia e Independência no Sinpeem. Mas não passou disso. Muito pouco diante da difícil tarefa de combater essa burocracia, encastelada há cerca de duas décadas na direção. O resultado é que uma parcela considerável dos congressistas que se mostrava descontente não encontrou um canal para expressar sua insatisfação. Pelo contrário, se enfureceu ao perceber a inconsistência da oposição, incapaz de atuar no congresso com um programa comum.

A Corrente Proletária se exime dessa responsabilidade, pois sempre defendeu a unidade sob um programa comum, a ser construído a partir de plenárias abertas, com ampla liberdade de crítica interna. As correntes e grupos políticos podem e devem se reunir para traçar estratégias comuns quanto à organização da oposição. Mas, consideramos que a tarefa de por em pé um bloco oposicionista combativo não pode ser resolvida com reuniões de cúpula.

Foi o que defendemos, por exemplo, na última reunião de representantes antes do congresso, sem êxito. Há que se compreender

Rio Grande do Norte

Caos no estado, UERN atacada, direção paralisada!

A UERN tem passado uma situação difícil e as categorias não têm vindo em sua defesa. Três salas de Química incendiaram e não havia um extintor. Essa situação denunciava instalações improvisadas e adaptadas, além de sucateadas. É a fiação antiga de ar condicionado em salas que não foram arquitetadas para isso e, portanto, não possuem sistemas de segurança de combate a incêndio. Em uma Universidade que tem problemas com falta de salas de aulas, a ausência de três salas reflete o quadro de sucateamento e abandono em que os governantes (Wilma/PSB, Rosalba/DEM) deixam a UERN.

Como se não bastasse, a governadora Rosalba Rosado/DEM baixou um decreto que conteve qualquer gasto (?) na UERN durante 60 dias. A luta pela transformação do núcleo de Apodi em Campus foi entregue a Fábio Farias e Sandra Rosado, patrocinadores diretos do sucateamento e destruição da UERN. A população trabalhadora e os estudantes de Apodi foram entregues a políticos interesseiros que querem se projetar enganando o povo explorado. É curioso notar a aliança do prefeito de Apodi do PCdoB com os politiquinhos da classe dominante (burguesia), porém, não é novidade.

O teto do Auditório da FASSO já faz um bom tempo que está interditado. Agora re-

der que a oposição tem suas contradições e limitações. A realidade objetiva, no entanto, exigirá cada vez mais uma ação conjunta de combate ao governo Haddad, o que nos levará ao choque com a burocracia sindical conciliadora. O curso inevitável da crise capitalista para o acirramento da barbárie reforçará a necessidade dos trabalhadores tomarem o sindicato em suas mãos.

Superar a crise de direção

A existência de uma camada de dirigentes corrompidos, que impede o avanço da luta independente dos trabalhadores por suas reivindicações, não é um obstáculo exclusivo de nossa categoria. Reflete um problema histórico de grande magnitude, que é a ausência de uma direção revolucionária. Os sindicatos e demais organismos de frente única dos explorados estão ou sob o controle de direções francamente pró-capitalistas ou de correntes pequeno-burguesas, reformistas ou centristas.

O Partido Operário Revolucionário atua entre os trabalhadores da Educação através de seus militantes, reunidos com camaradas independentes na Corrente Proletária na Educação. Defendemos que a escola atual, que é de classe, burguesa, não pode ser reformada, está apodrecida. Reflete em seu interior as deformações da sociedade e por isso só poderá ser superada a partir da aplicação do programa da classe operária. Uma luta que começa nas escolas, mas só se realiza com a unidade de todos os oprimidos, sob a direção do proletariado, na luta revolucionária anticapitalista, pela construção do socialismo.

centemente, a Reitoria determinou não abrir vagas para o vestibular nos núcleos. A intenção da burocracia é fechar os núcleos. A burocracia universitária serve aos interesses do governo burguês dos Rosados (DEM), tentando conter gastos. Contêm-se gastos em educação, saúde e segurança mas cumprem-se os compromissos com as empreiteiras da Copa do Mundo e usa-se o SUS para financiar a saúde privada. Essa é a política dos Rosados, de favorecimento dos lucros capitalistas em detrimento da vida, saúde e salário dos trabalhadores.

Tudo isso aconteceu na UERN em um contexto no Estado de grande crise. Obery Rodrigues chegou a reconhecer a fa-

Adquira com o distribuidor deste jornal

Chile: o campesinato e as mudanças na estrutura agrária desde a UP  O movimento camponês e a unidade Popular (UP) A contrarrevolução pinochetista O campesinato sob a democracia burguesa compactuada Partido Operário Revolucionário MASSAS	PT: 10 anos no poder do Estado burguês  A ditadura militar e a formação do PT A ascensão eleitoral nos anos 1980/90 Os governos Lula e Dilma (2003/2013) As tarefas dos revolucionários Partido Operário Revolucionário MASSAS	Conferências Regionais do POR Julho de 2013  Manifestações de Junho: As massas impõem sua soberania nas ruas Partido Operário Revolucionário MASSAS
--	---	--

lência do Estado. Salários atrasados, greve da saúde, educação e polícia civil, etc, o anúncio do governo da dificuldade de honrar o pagamento dos salários dos servidores. Enfim, um caos no Estado patrocinado por vários anos de governos da burguesia, a falência de sua política de financiamento dos negócios capitalistas em detrimento da vida dos explorados, não encontrou resposta nas organizações dos explorados.

Tanto a direção do DCE quanto a direção da Aduern, ambas do PT, não chamaram nenhuma discussão com suas categorias sobre toda essa situação. A direção da Aduern (PT e “independentes”) estava vivendo em outro Estado. Não viam motivos para chamar a categoria para discutir a situação da UERN e do Estado. Vivendo em seu mundo eleitoral, só pensam em enfrentar toda essa situação em 2014, quando podem desgastar o governo em prol do seu candidato. É a utilização do sindicato, não para a organização e luta coletivas, mas para a política e interesses eleitoreiros. Em uma só palavra, a direção da Aduern foi OMISSA durante todo esse período.

A direção da Aduern (PT e “independentes”) ficou omissa e neutralizou o sindicato como instrumento de luta dos trabalhadores e o usa com fins eleitoreiros. Omitiram-se na luta em defesa da UERN, contra o decreto da governadora do DEM, cumpliciam com a burocracia universitária com o processo de fechamento dos núcleos, as salas de química, o teto da FASSO, enfim, tudo deve esperar o governo dos petistas. Em 2011, quando seu candidato a governo pelo PSB perdeu para o DEM, fizeram reuniões nas férias, mobilizaram a categoria, discutiram e prepararam o espírito dos professores para o enfrentamento do governo. Fizeram duas greves, 2011 e 2012. Cansaram. Em 2013 não fizeram campanha salarial.

Nessa situação, a CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO/POR chama a categoria para tomar em suas mãos a defesa da UERN, dos seus salários, das suas condições de vida, organizando a luta coletiva. Nesse sentido propomos:

1. Formação de um Comando de Luta para organizar os enfrentamento com o governo. Esse Comando deve:

2. Lutar por mais verbas para a UERN. Organizar mobilizações, lutas, paralisações e ocupações na semana de votação do orçamento da UERN na Assembléia Legislativa;
3. Que o movimento dos docentes, junto com os funcionários e estudantes, elabore uma proposta orçamentária da UERN para defendê-la diante da Assembleia e da burocracia universitária;
4. paralisação da UERN no dia da votação do seu orçamento na Assembleia Legislativa;
5. Construir a greve. Uma greve unificada com o funcionalismo estadual e os demais trabalhadores da produção. Para isso é preciso:
 - a. Unir com os trabalhadores da saúde e educação básica do Estado em uma greve só. Lutar pela unidade com a polícia civil.
 - b. Exigir da CUT, CSP/Conlutas e CTB uma plenária em conjunto das centrais sindicais combativas para a organização e luta conjunta com os trabalhadores da produção. As centrais sindicais devem chamar os seus sindicatos.
 - c. Construir um congresso dos trabalhadores do Estado para unificar a pauta de reivindicações e encaminhar a luta em conjunto.
6. Contra a não abertura do vestibular nos núcleos. Transformação deles em campi. Corpo efetivo de trabalhadores para eles.
7. Exigir do governo a reforma imediata do auditório da FASSO, as salas de Química, Complexo da UERN em Natal, FANAT, ônibus para a UERN;
8. Pagamento em dia dos salários dos trabalhadores da UERN. Um dia em atraso, um dia parado. Não aceitar o atraso do 13º com paralisação das atividades e movimentações de rua.
9. Voto universal para eleições de chefes de departamentos e direções de faculdades.
10. Governo das três partes (tripartite) – estudantes, professores e funcionários, com maioria estudantil – com soberania das assembleias universitárias. UERN sem reitor!

Bahia

Estudantes residentes ocupam CPD da UFBA

Passado um mês do início do semestre na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Restaurante Universitário (RU) continua fechado, prejudicando os estudantes, particularmente os que dependem da assistência estudantil ou que moram nas residências universitárias. As promessas realizadas pela Reitoria não foram cumpridas até agora, nem há sinais de que serão cumpridas no curto prazo. Além do fechamento do RU, há graves problemas relacionados ao serviço de ônibus, que transportam os estudantes na universidade (buzufba), nas residências e cursos, além de outras questões relativas à permanência dos estudantes na universidade.

Atualmente, os residentes universitários têm se colocado à frente da luta, em defesa do direito de acesso e permanência no ensino superior. Por isso, desde segunda-feira (04/11), os residentes da Residência Universitária R5 ocuparam o Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFBA em defesa de suas reivindicações. Utilizaram, portanto, o método da ação direta

(ocupação) como forma de impor à reitoria o direito à assistência estudantil e à permanência na universidade, mostrando a todos os estudantes a necessidade de organização e mobilização contra a direção da UFBA e o não cumprimento das promessas anteriores.

Entre os dias 12 e 17 de novembro, ocorrerá um encontro de estudantes residentes em Salvador, que congregará estudantes de vários estados. A tarefa consiste em ampliar a mobilização nos centros e faculdades, buscando engrossar o apoio e a solidariedade aos residentes, além de pressionar a atual direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE), constituída pelo Levante e correntes petistas, para que assumam a defesa da ocupação e chamem assembleias. O Partido Operário Revolucionário (POR) tem participado ativamente da ocupação, chamando os demais estudantes a engrossar as suas fileiras, além de defender que a reitoria atenda imediatamente as reivindicações estudantis.

Governo federal presenteia Santas Casas com pacote de anistia de dívidas, isenções, crédito e aumento no repasse

A Presidência da República sancionou, em 24/10 a Lei 12.873, que cria o programa para renegociação de dívidas das Santas Casas junto à União - PROSUS. O nome serve para acobertar a política de destruição do SUS, por meio da privatização. Assim como a justificativa de aumentar o número de leitos, de internações e procedimentos. O presidente da Confederação deste setor privado da saúde cinicamente diz que a medida do governo significa o cumprimento do direito de todos à saúde e sua prioridade definida constitucionalmente.

Trata-se, na prática, de beneficiar os grupos que mercantilizam a saúde ocultos sob a justificativa da ausência de lucros das Santas Casas e hospitais ditos filantrópicos. Esta medida combina-se com a escancarada transferência da estrutura pública para a gestão privada e ampliação da rede particular, com inúmeros benefícios estatais. Crescem as isenções e crédito facilitado para Unimed, planos de saúde privados e, agora, o objetivo da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é abrir o setor ao capital externo na assistência hospitalar direta. A ANS, que deveria controlar o setor privado que atua no SUS está diretamente capturada pelas corporações que vendem saúde. Tanto é que seu presidente reclama do "limite" de 49% na presença de estrangeiros, o que impediria investidores externos que reivindicam o controle do negócio.

Com o PROSUS, haverá uma moratória de 15 anos de dívidas tributárias e previdenciárias. A adesão ao programa depende do pagamento rigoroso dos encargos seguintes pelo mesmo período anistiado; da ampliação de 5% de atendimento no SUS; e da apresentação de um plano de estabilidade. As Santas Casas, no

país, devem R\$ 15 bilhões em tributos. Em 2014, o governo destinará R\$1,7 bilhão de incentivos ao setor. O prazo para pagar os empréstimos subiu para dez anos, com juros de 1% ao ano. Além disso, o pagamento do governo por atendimentos de média e alta complexidade cresceu de 25% para 50%.

A política de benefícios às Santas Casas não vem de agora. Junto com os hospitais filantrópicos, tiveram um aumento de repasse destinado a usuários do SUS passando de R\$340 milhões em 2011 para R\$968,6 milhões no ano seguinte. Os recursos para obras e compra de equipamentos cresceram 50% no mesmo período, alcançando R\$ 600 milhões, em 2012.

Diante do desmonte da saúde pública, a reposta dos movimentos nacionais da Saúde continua limitada à reivindicação dos 10% da receita bruta da União para o setor. Insistem nos atos para pressionar os parlamentares a aprovarem determinados projetos de lei e coletam assinaturas por mais orçamento. O principal motivo da crise da saúde é sua mercantilização. Ao se tornar mercadoria, tende a ser concentrada, monopolizada e entregue para a exploração do capital estrangeiro, devido à falta de soberania nacional no Brasil. Devemos responder à privatização e desnacionalização com a luta pela estatização do sistema privado de saúde, com a constituição de um sistema verdadeiramente único, público, gratuito, estatal e controlado coletivamente pelos trabalhadores. É preciso constituir frações revolucionárias nos movimentos sindicais e populares. Trabalhar para que os oprimidos empunhem esta bandeira e se choquem com o capitalismo que lhes nega o direito à saúde.

Rio Grande do Norte

Sindsaúde e Sinai pedem impeachment de Rosalba (DEM) e montam palanque para vereadores da frente de esquerda

Dia 31 de outubro, o SINDSAÚDE (PSTU/Independentes) e o SINAI (PSOL) convocaram um ato para entregar na Assembleia Legislativa o pedido de impeachment da governadora Rosalba/DEM. O SINTE/PT, apesar de convocar os servidores em seu site, compareceu apenas dois diretores. A atividade contou basicamente com servidores da saúde, uns poucos da saúde estadual e a grande maioria do município de Natal, já que estes estão em greve.

Cerca de 400 servidores atenderam ao chamado do sindicato. Porém não foi um chamado para a luta e sim para prostrar-se diante do parlamento burguês. O ato teve concentração na Rua Rio Branco e seguiu em caminhada para frente da Assembleia Legislativa, onde a direção do SINDSAÚDE montou o palanque para os vereadores da Frente de Esquerda (Amanda Gurgel/PSTU, Sandro Pimentel e Marcos, ambos do PSOL) fazerem seus discursos "revolucionários".

Lá permanecemos por mais de 2 horas, assistindo todas as falas dos apoiadores dos parlamentares. Uma atividade sem nenhum caráter de luta, um após outro fazendo denúncias do governo do DEM em atrasar salário e das condições de caos em que se encontram os serviços públicos. A ideia do mau gestor foi predominante nas falas dos escritos, mas nada de caráter de luta.

O PSTU e PSOL mostraram sua política oportunista e eleitoreira em levar a categoria da saúde Estadual, que vem sofrendo com arro-

cho e atraso salarial e os servidores do município de Natal em greve, para verem o comício de seus vereadores. Secundarizando todas as reivindicações da saúde em prol de seus interesses eleitoreiros, o PSTU tentou mostrar que pode ser um melhor gestor do Estado burguês do que o PT jamais foi.

Os morenistas dirigem seus sindicatos com as práticas idênticas às burocracias petistas. O palanque montado para ouvirmos os parlamentares em nada se diferencia das burocracias. O PSTU demonstra que apesar de dizer que não confiam no parlamento burguês, morrem de vontade de fazer parte dele. E pior, deseduca a categoria, reforçando as ilusões democráticas que ainda existem na maioria dos servidores.

Não podemos confiar nem um milímetro no Estado burguês (judiciários, legislativo e executivo) para resolver o caos dos serviços públicos. As mudanças que necessitamos só podem vir da luta, unificada, forte, radicalizada dos trabalhadores, utilizando o método de ação direta. Entregar o pedido de impeachment no parlamento é um ato de submissão à burguesia, e está sendo usado eleitoralmente pelo PSOL e PSTU.

- POR UMA GREVE GERAL RADICALIZADA DO FUNCIONARISMO
- NENHUMA CONFIANÇA NO PARLAMENTO BURGUESES

Formação Política: lançamento do folheto “PT, 10 anos no poder do Estado burguês”

A Corrente Proletária Estudantil está realizando na UFCG encontros mensais de formação política. No dia 07 de novembro, o tema foi “Balanço e trajetória do PT: da origem nas lutas sociais aos governos antinacionais e antipopulares de Lula e Dilma”. Atividade consistiu no lançamento do Folheto sobre a experiência do PT no poder do estado burguês, apresentando as críticas programáticas ao reformismo e destacando como o Partido dos Trabalhadores se afunda, cada vez mais, no lamaçal da política burguesa. Fizemos a exposição do conteúdo do Folheto e, em seguida, começou o debate.

No primeiro momento, apresentamos a falência do nacionalismo burguês e os limites do programa nacional-desenvolvimentista do PCB. Essa caracterização é importante, pois o PT adota parte do programa dos estalinistas, especialmente sobre o caráter da reforma agrária, a necessidade de desenvolver o capitalismo no Brasil e a política de Frente Popular, considerando haver setores progressistas da burguesia que, em aliança com o proletariado, camponeses e demais assalariados, podem confrontar-se com os interesses dos monopólios estrangeiros e frear o saque promovido pelas multinacionais. Essa abordagem se assenta no erro teórico de que no Brasil existem restos feudais e que é preciso modernizar a economia, superando o atraso através da integração do mercado interno e da ampliação do consumo. Essa abordagem do PCB é incorreta, pois a burguesia brasileira surge e se desenvolve entrelaçada e submetida ao capital estrangeiro. Sua relação com o latifúndio e submissão ao imperialismo conferem o caráter e a base da estrutura econômica, social e política do país, ou seja, o caráter atrasado e semicolonial da economia nacional. A tese da possibilidade de uma evolução econômica, mediante a qual se poderia realizar uma política de distribuição equitativa da renda e, com isso, avançar na democratização da sociedade, se mostrou ilusória. A explicação reside no caráter da economia brasileira, que se desenvolve de forma desigual e combinada. Consiste no fato de que o emprego de alta tecnologia, em alguns setores da economia (principalmente os dominados pelas multinacionais), coexiste com as formas arcaicas de produção, de maneira que o desenvolvimento de algumas regiões condiciona o atraso de outras, uma vez que o caráter submisso do Brasil semicolonial impede que desenvolva plenamente suas forças produtivas. A base da economia semicolonial brasileira se assenta na produção de monoculturas para exportação, de modo que na divisão internacional do trabalho, o país é constringido pelas potências imperialistas a não ampliar seu parque industrial, mantendo o atraso. A alta tecnologia se concentra nos ramos vinculados ao capital externo.

O Partido dos Trabalhadores (PT) vai resgatar a tese de que o Brasil pode atingir, um dia, o desenvolvimento pleno de sua economia, transformar-se em uma potência, e isso sem romper com a dominação imperialista. Essa tese é uma traição aos explorados, pois o rompimento, sem uma revolução socialista, é uma farsa, irrealizável. Desarma os trabalhadores e intensifica a submissão nacional, com a ampliação das desnacionalizações das terras, da saúde, da educação, portos, aeroportos, etc.

As massas oprimidas tiveram duas experiências com partidos de esquerda. A primeira foi com o PCB, que, mesmo com amplo apoio popular, não foi capaz de desenvolver uma política de independência de classe e de forjar na luta um programa que correspondesse às aspirações e reais necessidades dos explorados, mantendo-os submetidos

à burguesia, com a crença na democracia e no parlamento burguês. O resultado foi desastroso, já que desarmou o proletariado e os camponeses para qualquer forma consequente de resistência ao golpe militar de 1964. Demonstrou a falência das teses do PCB, pois a burguesia brasileira não tem condições de romper com o imperialismo, dada sua relação estrutural de submissão à economia mundial capitalista.

A segunda grande experiência das massas foi com o PT, dando-lhe amplo apoio eleitoral, assim como também através das principais centrais sindicais, movimentos populares e MST e UNE. Mesmo após a experiência fracassada do PCB, o PT persiste com a tese da possibilidade de democratização das instituições públicas e da desoligarchização do Estado burguês. Novamente, defende-se no interior do movimento operário, estudantil e popular a necessidade de aliança com a burguesia. Ao fazer o balanço da experiência dos últimos 10 anos, constatamos que, ao contrário do que foi prometido, o saque imperialista se amplia e a exploração capitalista se intensifica. A reforma agrária não foi realizada e os interesses oligárquicos permanecem intocados e preservados. O PT, ao invés de moralizar a política, como prometido, se afundou na lógica da corrupção, assim como os demais partidos da ordem burguesa, demonstrando que a corrupção realizada pelas quadrilhas burguesas que parasitam o Estado é inerente ao capitalismo.

O primeiro governo Lula não rompe com a política de FHC. A maior diferença foi que, devido ao crescimento econômico mundial, o governo pôde realizar políticas de assistência social e diminuir o desemprego. Porém, uma política muito aquém das reais necessidades dos trabalhadores, mantendo um salário mínimo de fome, a despeito do crescimento econômico, cujos reais contemplados foram os capitalistas. A crise de 2008 impôs novos ataques aos trabalhadores, mediante a proteção do Estado aos capitalistas, repassando os prejuízos às massas. Trilhões de dólares foram repassados para os capitalistas, o desemprego aumentou e realizaram-se cortes orçamentários destinados às áreas sociais. Foi assim no mundo todo, inclusive no Brasil. Após 10 anos do reformismo do PT, o trabalhador assalariado brasileiro se encontra profundamente endividado, com cerca de 42% em média do salário comprometido com dívidas. Dilma Rousseff decretou o fim da política de assentamentos e os assassinatos no campo tem se intensificado. Nunca os latifundiários, banqueiros, construtores e empresários da educação e da saúde lucraram tanto. Porém, a crise econômica abriu uma nova etapa da luta de classes, tanto em âmbito mundial quanto nacional. O governo Dilma se deparou com manifestações massivas, greves-levantes nas obras do PAC e greves estudantis e do funcionalismo público, bem como um conjunto de manifestações populares por moradia e contra o aumento do custo de vida. Se o movimento não avançou devidamente, foi porque as direções sindicais e estudantis se encontram estatizadas e burocratizadas, servindo como correia de transmissão das políticas governamentais no seio do movimento. A tarefa é desenvolver as frações revolucionárias no interior do movimento operário, popular e da juventude. A avaliação da experiência dos últimos 10 anos deve impulsionar os lutadores a superarem as ilusões burguesas, lutando pela unidade nacional dos movimentos, defenderem a independência classista, contra a influência burguesa nas organizações dos explorados, privilegiado o método da ação direta, forma pela qual arrancaremos nossas reivindicações.

Nesta edição:

- Argentina: Em 27 de outubro ANULE seu VOTO com a política da classe operária
- Bolívia: Nem Montes, nem Evo solucionarão os problemas estruturais de Huanuni
- A guerra comercial pelo controle da África se projeta com o intervencionismo imperialista

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

Em 27 de outubro ANULE seu VOTO com a política da classe operária

No próximo dia 27 haverá eleição para deputados, senadores e vereadores.

As eleições são o mecanismo pelo qual se muda a coleira do cachorro de quando em quando... e o cachorro continua sendo o mesmo. Uns chamam a votar neles para que não venham os piores e outros chamam a confiar neles que serão a renovação e a solução de todos os problemas.

Gastaram, outra vez, fortunas na campanha, para conseguir mais votos e começar a se preparar para as eleições presidenciais de 2015. Querem mostrar, diante dos grandes capitalistas, do país e do exterior, ser os melhores gerentes, os que garantirão os negócios e os negociados.

Por trás deles, vão os burocratas sindicais, de todas as espécies, para assegurar uma posição de privilégio no Estado, oferecendo seus serviços imensuráveis: manter os trabalhadores disciplinados para que não estendam, nem aprofundem suas reivindicações.

Há trinta anos que estamos votando, cada dois anos, e se repete a experiência, temos um Congresso Nacional e provinciais que só fazem lei que os governos e o imperialismo necessitam.

Quando votam uma lei que pode atingir os poderosos, o governo a veta ou simplesmente não a aplica, ou atuam os juízes para que não se prejudiquem os grandes proprietários. Esta democracia quer que acreditemos que participamos, que elegemos e que temos a rédea política. Mentira! Querem que votemos nas figuras selecionadas e que são mostradas insistentemente pelos grandes meios de comunicação.

Entretanto, os problemas para a população continuam acumulando, a inflação insuportável, a falta de moradias, a deterioração crescente do sistema de saúde, os problemas de transporte, o desemprego – especialmente entre os mais jovens, a precarização do trabalho, etc.

No país que produz alimentos para 400 milhões de pessoas no mundo, no entanto, continua tendo problemas de desnutrição e má alimentação que atingem milhões de famílias, agravado nesses últimos tempos pelo crescimento constante dos preços.

Temos recursos, mas se utilizam para pagar dívida externa fraudulenta em vez de atender nossas necessidades. Abrem-se as portas, par em par, para o saque imperialista na mineração e no petróleo.

Entre todos os candidatos e todas as listas e partidos que pedem o voto, não há uma só voz que diga as coisas pelo seu nome. Que o Congresso Nacional e os provinciais são covas de bandidos, que têm sido incapazes de anular a legislação e os atos da ditadura militar, que são incapazes de tomar alguma medida para defender o patrimônio nacional ou para dismantlar o aparato repressivo totalmente decomposto, ou para impedir o avassalamento permanente dos direitos dos

trabalhadores, ou para conter a entrega de nosso patrimônio.

Não será nem com votos, nem com parlamentares que imporemos nossas reivindicações. A única forma que tem a população de impor sua soberania é aplicando seus próprios métodos de luta. Somente se pode democratizar a vida sindical lutando, enfrentando os lacaios do governo e da burocracia, enfrentando o Ministério do Trabalho. Somente se pode obter um salário de que possa viver como pessoas quando nos organizamos e saímos unidos à luta.

Podemos expulsar as multinacionais que se apropriam de nossas riquezas e deixam desastres ecológicos por onde passam, claro que podemos! Somente se bloquearmos as estradas, se ocuparmos os locais de minérios, se fizermos a greve.

Temos de dizer com todas as letras que essas covas de parasitas são os congressos, não vão tomar em suas mãos nem as reivindicações democráticas, nem as sociais, nem as nacionais. Unicamente se confiamos em nossas próprias forças, em nossa unidade, em nossa organização, poderemos levar adiante e acabar com todos os problemas que arrastamos por décadas. Temos de criar nossos próprios organismos para formular e decidir.

O capitalismo se encontra em uma fenomenal crise há muitos anos e a descarrega sobre as massas com mais e mais ajustes, com milhões de desempregados que se somam a cada ano, destruindo conquistas históricas para salvar os bancos, os governos e sua moeda. Expandem-se as guerras, com qualquer pretexto, para recolonizar os países, para apoderar-se de tudo o que podem.

Os países mais poderosos se tornam cada vez mais protecionistas de suas economias e mais agressivos para colocar suas mercadorias e seus excedentes de dinheiro. Não há como reformar ou humanizar o capitalismo. É um sistema em completa decadência e apodrecimento. Sua sobrevivência ameaça com mais guerras, mais fome, desemprego, migrações, novas e velhas pestes e degradação do homem. Já conhecemos a face da barbárie. Os grandes capitalistas procuram multiplicar seus lucros, a qualquer custo, onde seja. Não há lei, nem Congresso que os detenha.

Na raiz dos problemas, encontramos a dominação imperialista sobre nossos povos, um punhado de nações poderosas que fazem sentir sua força econômica e militar. E se apoiam nos governos, nos partidos, nos políticos servis, incapazes de questionar sua dominação. Que procuram a todo tempo satisfazer seus apetites. A propriedade privada dos meios de produção é o obstáculo para que as forças produtivas da sociedade possam desenvolver-se.

As classes trabalhadoras necessitam de outra política, necessitam acabar com tudo isso. Necessitam uma política anti-imperialista, que unifique os oprimidos para nos levantarmos contra o império. Esta

política é a que encarna a classe operária, a única despossuída, que não tem laços com este regime de propriedade privada, é a classe que deve liderar a luta pela libertação nacional e social.

A classe operária necessita recuperar para si todas as organizações sindicais, mas também, necessita construir seu partido, que levante sua estratégia de poder, que enfrente a burguesia e o imperialismo com sua própria política, que aponte para o fim da propriedade privada dos grandes meios de produção e a substituição pela propriedade social.

A classe operária necessita independizar-se politicamente, romper com as amarras, todas as ilusões com esse regime, para poder libertar o restante da sociedade até a conquista de seu próprio poder político, acabando com a ditadura do capital e de seu Estado.

A Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FET) engana seus militantes

A FET elaborou um Manifesto Político Eleitoral, que encontramos na página da internet de PO. É uma declaração programática que procura dar uma resposta política, pelo menos nesse terreno, aos setores internos que reivindicam politizar a campanha, que reclamam que suas direções façam propaganda revolucionária. As definições que apresenta o Manifesto não aparecem nos spots televisivos e nem nos radiofônicos, nas entrevistas nos grandes meios de comunicação, nem em seus caros cartazes. Parece que se trata de partidos ou de frentes distintas, aquilo que desenvolvem em seus jornais e aquilo que dizem em público diante da audiência massiva. A FET diz que “servirá à educação e ao desenvolvimento de uma consciência de classe dos trabalhadores”, no entanto, cuida muito bem para que sua propaganda pública não saia do terreno democratizante.

Como a experiência política tem demonstrado, não existem dois programas ou duas concepções para os partidos e as frentes políticas, eles têm uma única política, é o que se desenvolve abertamente diante das massas em suas intervenções. Já nos referimos abundantemente diante da campanha centrista que realiza a FET. Não é aceitável a desculpa de que certas posições não podem ser ditas, que se o fazem não nos convidam os meios de comunicação, etc. Vemos uma grande coerência nas mensagens que transmitem massivamente, que procuram reproduzir as mesmas críticas que faz a oposição burguesa ao governo.

Por exemplo, ao referir-se ao “fracasso do controle cambial”, para não deixar dúvidas, era preciso assinalar que se é partidário de um “controle cambial total” para que o país possa dispor da totalidade de suas divisas de que necessita, nacionalizando o comércio exterior, para que a posição não se confunda com quem pretende liberar o controle para a fuga de divisas. Ao criticar a estatização das AFJP como “nacionalização isolada a serviço do pagamento da dívida externa”, o que é correto, deve-se dizer que as AFJP deveriam ser nacionalizadas, sob o controle dos trabalhadores, em primeiro lugar dos próprios aposentados. A forma de apresentar as críticas às políticas do governo, nos meios de comunicação que controla a oposição burguesa, não se diferenciou das críticas que fazem os candidatos burgueses, ainda que em seus jornais se explique o sentido da crítica.

Alguns jornalistas viram como muito positivo a arregimentação daqueles que acreditavam ser uma “esquerda dura”, assinando pelos candidatos entrevistados que aceitavam de bom grado afirmações do estilo: dizendo que tinham “amadurecido”. Nós dizemos que não estão fazendo uma campanha baseada em princípios revolucionários e se encontram em um processo de adaptação ao regime.

Para os revolucionários, a única coisa que importa nas campanhas eleitorais é a qualidade da propaganda política, não a quantidade de votos ou se se elege algum deputado, somente se a conquista for produto de uma campanha politizada e principista como uma conquista para a classe operária.

Vamos analisar o Manifesto, pelo que diz, e portanto o que deixa de dizer.

NÃO chamamos a votar na Frente de Esquerda porque não realiza uma campanha revolucionária, não assinala que as eleições são uma armadilha para que os explorados elejam seus próprios verdugos, nem disse que para conquistar nossas reivindicações temos de contar somente com nossos próprios métodos de luta, nem que o problema central é o de pôr fim à grande propriedade privada dos meios de produção que estão em poder da burguesia.

O POR, que não apresentou listas, nem candidatos nessas eleições chama a ANULAR O VOTO, votando por essas ideias, colocando este voto nulo programático nas urnas.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário, nº 280)

1) O que diz sobre quais os únicos métodos para conquistar todas as reivindicações que defendem? Como se coloca a ação direta das massas?

Diz a FET “...servirá para reforçar a luta dos trabalhadores e da juventude, e para impulsionar as lutas e mobilizações de caráter político”.

Em nenhum lugar do Manifesto se afirma que todas as medidas que propõem, até as mais limitadas e imediatas, só podem ser impostas pela ação direta das massas, nunca mediante leis. Não se pode separar do programa político a questão dos métodos para impô-lo. Não se deve gerar a mínima ilusão no Congresso Nacional ou nos parlamentos municipais, deve-se dizer com todas as letras que nessas covas não se resolverão as demandas populares.

2) Como se conquistará a democracia sindical?

O Manifesto afirma que “impulsiona a independência de classe dos sindicatos em relação ao Estado”, mas não se define pelo rechaço à integração de frentes sindicais com setores da burocracia. Não chama a unidade de todos os classistas para enfrentar unitariamente às frações da burocracia, nem a coloca aos próprios componentes da FET. Não define que o método de constituição das frentes de unidade devem se dar em assembleias e plenárias dos ativistas, onde se decidem os programas, os métodos e os candidatos, e não por acordos de cúpula. Para “impulsionar a mais ampla auto-organização operária e popular” é preciso desenvolver métodos que rechacem todo o sectarismo, todo funcionamento de cúpula à margem do debate e da participação de todas as organizações da vanguarda operária e popular.

Deve-se combater o fracionamento sindical chamando os trabalhadores a se unificarem desempregados e empregados, em uma única central sindical e em sindicatos únicos por ramos de atividade.

3) O que diz do Congresso, do parlamentarismo? Como se conquistará a democracia política para as amplas massas?

Diz a FET: “converter os parlamentos em tribuna política, denunciar as falcatruas entre os capitalistas, seu regime e seus partidos, e para desenvolver as lutas e a mobilização extra-parlamentar dos trabalhadores e do povo. Para pôr nossos deputados, parlamentos ou câmaras a serviço das lutas dos operários, populares e juventude...Para propagandear e agitar os métodos do governo dos trabalhadores”.

Em primeiro lugar, deve-se denunciar expressamente o papel dos parlamentos, que não podem ser reformados, que são covas de parasitas que existem para fazer crer que há democracia. É necessário assinalar que a democracia burguesa é a ditadura dos capitalistas, de uma ínfima minoria que detém o poder real, que as massas conhecerão a mais ampla democracia quando triunfar a revolução social, sob a ditadura do proletariado.

Quais são “os métodos do governo dos trabalhadores”? A greve, os piquetes. A autodefesa, os bloqueios de rua, de estradas e pontes, as ocupações de estabelecimento, minas e serviços e a insurreição armada? Não há clareza em todo o Manifesto quais são os métodos de luta aos quais deve subordinar a ação parlamentar.

4. Como colocam a expropriação dos grandes meios de produção?

Criticando as nacionalizações burguesas, afirma que reivindica *“a nacionalização que efetivamente converte a exploração privada em um verdadeiro serviço estatal público a serviço do povo trabalhador. Nesse caso, a nacionalização ou reestatização deve ser sem indenização ao capital ... e operar sob o controle e gestão dos trabalhadores”*.

A questão da propriedade dos grandes capitais nacionais e multinacionais é uma questão central na política dos revolucionários, sua expropriação sem indenização e sob o controle operário coletivo, deve ocupar o centro da política dos revolucionários. A FET se cuida muito bem de não introduzir em sua campanha essa colocação.

Quando coloca corretamente “uma educação nacional única, estatal, gratuita e laica” não diz que deve por fim a toda forma de educação privada. Essa é uma condição essencial.

O Manifesto rechaça expressamente a estatização das obras sociais ainda que denuncie que são espantinhos da medicina privada. A luta pela estatização das obras sociais sob o controle coletivo dos trabalhadores é parte da luta para impor um sistema nacional de saúde pública e universal a cargo do Estado, sob a direção dos trabalhadores. Estamos nos referindo a uma reivindicação democrática.

5. Como formulam a questão do poder?

Diz que utilizará a tribuna eleitoral para fortalecer a luta a serviço das greves e da mobilização extra-parlamentar nas ruas dos trabalhadores e da juventude, e como um meio a mais para o objetivo estratégico de derrotar os capitalistas e seu Estado mediante a revolução social.

Ao referir-se à política de nacionalizações diz: esta perspectiva coloca o governo dos trabalhadores e do povo explorado.

Em seguida, se pronuncia por um Governo dos trabalhadores enraizado em todos os planos da gestão social e política, baseado na auto-organização operária e popular. Trata-se de iniciar um processo de transição para o socialismo e a abolição de toda forma de discriminação e exploração.

(...) substituir o aparato de repressão desse Estado, que está a serviço dos exploradores, por organizações dos trabalhadores rumo à luta pelo seu próprio governo.

Como assinalamos acima, uma característica das correntes centristas é o abandono da estratégia da classe operária e sua substituição por expressões ambíguas como “trabalhadores e povo explorado”. A classe operária é um setor dos trabalhadores e o povo explorado não é o mesmo. A classe operária é uma definição de classe precisa que não inclui as classes médias assalariadas, que são trabalhadores.

Como dizia a resolução do 1º Congresso do Partido Obrero, em dezembro de 1975: *“segundo a Internacional Comunista e a IV Internacional, colocamos a luta pelo governo operário-camponês, como denominação popular da ditadura do proletariado”*, que será o regime das mais amplas maiorias, de todos os oprimidos, sob a ditadura da classe operária.

Nesse Congresso dizia: *“Entendemos que é necessário abandonar definitivamente duas expressões usadas por nossa organização – governo operário e popular e governo operário – pelas seguintes razões. No primeiro caso, porque a fórmula é ambígua e pode confundir-se com uma variante de governo popular, isto é burguês. Este é o sentido que lhe dão exatamente a FIP e o PST (...). A expressão popular, com o argumento da necessária aliança com as camadas médias da cidade, nega a luta necessária e inevitável contra os representantes políticos da pequena burguesia urbana e camponesa (que se formam nas cidades) pela hegemonia do proletariado. No segundo caso, a debilidade da fórmula consiste em não colocar a aliança da classe operária com o campesinato. Este erro é o produto de um vício muito antigo do marxismo argentino (...) a fórmula de governo operário-camponês define exatamente a aliança com a classe média urbana: por um programa de independência nacional, democracia política e revolução agrária.*

A FET e as organizações que a integram apresentam uma estratégia distinta da estratégia socialista da classe operária, que será alcançada unicamente por meio da insurreição armada, pelo levante

violento das massas para derrubar o Estado da burguesia.

6. Que diz da violência revolucionária?

A FET afirma que *“é necessário pôr fim à miséria social que causa o capitalismo e substituir o aparato desse Estado que está a serviço dos exploradores por organizações de trabalhadores no caminho da luta por seu próprio governo”*. Deve dizer que tal substituição só poderá ser produto da derrubada, da destruição por meio da violência revolucionária das massas do Estado e da burguesia, sua ditadura. Para que possa cumprir esta tarefa é necessário colocar o armamento geral da população, não poderá ser uma substituição pacífica. É necessário prestar atenção a este ponto onde conhecemos divergências importantes entre o PTS e PO com relação à política que se deve adotar diante das Forças Armadas.

7. Com relação a sua “Plataforma de reivindicações urgentes”

Reivindicar 82% móvel nas aposentadorias é uma reivindicação limitada, deve assinalar que a aposentadoria mínima deve equivaler ao custo de uma família de 4 pessoas. Sabendo que só 15% dos assalariados alcançam esse valor, limitar a reivindicação a 82% é conceber que os restantes 85% conseguem as aposentadorias abaixo desse custo familiar.

A reivindicação de salário mínimo igual ao custo de uma família deve ser acompanhada da reivindicação de abertura das paritárias, o reajuste mensal dos salários, eleição direta dos delegados paritários em assembleia de base.

Colocam a anulação da reforma judiciária kirchnerista e como alternativa a eleição popular dos juizes e fiscais. Pelo contrário, o que dizem os revolucionários é que não há como reformar e democratizar o poder judiciário, controlado pelas máfias, a serviço dos donos do poder. Não se pode separar o poder judiciário da estrutura legal que deve aplicar. São componentes da ditadura do capital. Ainda que impusesse a eleição popular dos juizes e fiscais e se substituíssem todos os juizes e fiscais do Estado, a Justiça não modificaria seu caráter de classe.

Não se inclui a punição a todos os genocidas da ditadura e a todos os cúmplices do último golpe, empresários, religiosos e burocratas. Só uma pequena parte dos repressores tem condenação confirmada.

Não se menciona a ruptura com o FMI, o Banco Mundial e todos os organismos do capital financeiro internacional.

Não se menciona a reivindicação da soberania Argentina sobre as Malvinas.

Não se menciona a necessidade de construir a frente única anti-imperialista, que unifique os oprimidos sob a direção política da classe operária, com sua estratégia para lutar por uma emancipação nacional e social.

Não menciona a necessidade do movimento operário de unificar-se sindicalmente em uma única central sindical, na CGT. Esta é uma bandeira central na luta contra todas as frações da burocracia, assim como a unificação em sindicatos por ramos.

8) Como a FET coloca sua prolongação além do terreno eleitoral?

Até agora, é uma resposta política no terreno eleitoral. Como dissemos anteriormente, os métodos de construção da FET não correspondem à política revolucionária, por isso essa frente eleitoral posta em pé é democratizante. NÃO “contribuirá para a união da esquerda revolucionária com o movimento operário (que) converterá os trabalhadores em uma força dirigente, o primeiro passo para mudar a história do país e abrir a perspectiva da revolução e da transição para o socialismo no país e no mundo”.

Por todas essas razões, não fizemos parte nem chamamos a votar na FET e convocamos a anular o voto, a discutir nosso programa e construir o partido revolucionário.

É preciso dizer que “o impulso dessa tarefa é inconcebível sem a mais encarnizada luta de classes, sem a preparação direta do proletariado para a tomada do poder”(Congresso da Política Obrera, 1975).

O significado do voto na Frente de Esquerda e dos Trabalhadores

Lucas Martinez

No dia 27 de outubro, realizaram-se as eleições legislativas para deputados e senadores. As tendências das internas de agosto se mantiveram. O kirchnerismo perdeu uma grande quantidade de votos diante de seu oponente interno no peronismo. Enquanto o kirchnerismo obteve 33,27% dos votos (47 parlamentares), Sergio Massa e seus aliados conquistaram 24,75% (26 parlamentares). A frente da União Cívica Radical (UCR), o Partido Socialista (PS) e outros, obteve 24,68% (26 parlamentares). O PRO (direitista) e seus aliados, 8,04% (12 parlamentares).

Aproximadamente, 70% do quórum eleitoral compareceu às urnas. Os votos nulos, brancos ou impugnados se mantiveram abaixo de 10%, não expressaram um rechaço consciente, proletário, à farsa democrático-burguesa. Mas o mais destacado foi, sem dúvida, o resultado da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FET), com um milhão e cem mil votos aproximadamente. E obteve três deputados nacionais, seis provinciais e dezenas de vereadores em várias cidades do país. Lembremos que em agosto tiveram cerca de 900 mil votos e, em 2011, 600 mil votos. Trata-se de um crescimento eleitoral sem precedentes e o mais elevado em toda a história das frentes eleitorais centristas.

Basta por hora ter em conta duas tendências:

A primeira é que a crise dos partidos burgueses não significa que as massas tenham rompido com estes. Isso explica, em parte, que a queda eleitoral do kirchnerismo assuma a forma de transição para uma “mudança ordenada” do governo burguês. Mudança essa que vem sendo ensaiada pela grande burguesia diante do enorme desgaste do oficialismo. O radicalismo (UCR) foi praticamente dissolvido como partido nacional. O denominado “frente-progressismo” (FAP) de socialistas, nacionalistas, burocracia sindical social democrata e renegados do trotskismo (MST) não consegue crescer, a não ser digerindo pela esquerda as bases pequeno-burguesas do kirchnerismo ou do radicalismo. Para a burguesia, não existe, por fora do peronismo, outro partido burguês capaz de submeter as massas no campo das soluções burguesas para a crise. E assim “minimizar os custos” da aplicação dos ajustes. Por isso é que a crise política não aprofundou a ruptura das massas com o peronismo: tão somente aprofundou a transferência de uma parte de seus votos para outra fração peronista, mais direita e reacionária que a do kirchnerismo.

A transição entre kirchnerismo e massismo é, em última instância, a forma na qual se espelha politicamente a necessidade da grande burguesia de centralizar o processo político do país no momento mais difícil da crise. Para frear a radicalização política e social das massas diante das medidas de ajustes antioperários e antipopulares.

A segunda tendência diz respeito ao crescimento eleitoral da FET. É preciso analisá-la e compreendê-la para

extrair dela as lições necessárias. Se bem que as eleições distorcem e até falsificam o estado de ânimo das massas, a dinâmica do processo político não deixa de manifestar-se nelas. Por isso é que ilusões democráticas não são estáticas: crescem ou retrocedem diante da combinação de fatores sociais e políticos concretos. Os processos de crise ou de estabilidade na luta de classes se expressam também na psicologia das massas. E são fatores de peso que podem avançar ou retroceder a radicalização política dos explorados no plano eleitoral.

Quando um importante setor de vanguarda da classe operária, dos oprimidos, dos assalariados e da juventude vota na FET o faz porque está depositando sua confiança em lutadores sindicais antiburocráticos, que expressam a necessidade de frear os ajustes, organizando as bases e rompendo com a conciliação da burocracia sindical. Principalmente, porque se colocam no campo da defesa de suas conquistas e direitos trabalhistas. Em resumo, porque associam essa frente eleitoral com uma política de defesa das massas e de suas condições de vida. É isso o que expressou seu apoio eleitoral a FET. No entanto, essa constatação é apenas uma parte da explicação sobre o crescimento eleitoral da FET. PO e PTS diluíram ao máximo o programa eleitoral, adaptando-o ao democratismo de esquerda. A FET capitalizou o descontentamento dessa camada explorada comparecendo como oposição democrática. A virada à esquerda, ainda que no campo eleitoral, expressa uma tendência de ruptura com os partidos da burguesia. Mas entre essa tendência objetiva e sua expressão política na FET existem contradições.

Enquanto essa parcela das massas vira para a esquerda, encontra nesse processo uma direção política que freia e bloqueia seu desenvolvimento revolucionário. É um fato que a política democratizante da FET impedirá traduzir o instinto dos explorados em política revolucionária. Está aí o porquê do crescimento eleitoral de mais de 60% da FET em dois anos. O que expressa o confinamento dessa virada no campo democrático-burguês. As ilusões de que é possível resolver as necessidades mais urgentes das massas pela via do parlamentarismo burguês, elegendo parlamentares de esquerda, é uma dessas manifestações.

O POR na Argentina, por seu caráter embrionário, não tem como dirigir o movimento dos explorados de rompimento com as ilusões democráticas nas eleições e nas instituições burguesas. Em parte porque está impedido de se legalizar com seu programa revolucionário e candidaturas próprias para combater a burguesia e se diferenciar do centrismo eleitoralista e derrotar sua política oportunista e revisionista. O fortalecimento político-organizativo do POR é o meio pelo qual a vanguarda e as massas projetarão o instinto classista e a luta consciente para enterrar o capitalismo.

Bolívia – Os mineiros já vivem sua experiência:

Nem Montes, nem Evo solucionarão os problemas estruturais de Huanuni

Uma vez que o governo conseguiu seu propósito de retroceder o sindicato e adiantar as eleições, os mineiros tinham a esperança de que Montes frearia duas coisas: 1) a auditoria que estabeleceu que cada trabalhador é devedor de 80.000 bolivianos, por desobrigação de faturas; 2) a intenção do governo de tirar-lhes suas conquistas sociais: 12 mitas, horas-extras, bônus, etc. Também pensavam que Evo traria subsídio econômico para superar os problemas estruturais da empresa, que têm a ver com a falta de investimentos.

Evo e Linera estavam presentes em Huanuni para participar dos 61 anos da nacionalização das minas e a posse de seu laçao Montes como novo dirigente do Sindicato. Em seu discurso megalomaniaco, Evo mostrou sua ignorância sobre a história da nacionalização das minas, fez referência caprichosas ao bloco mineiro parlamentar, fez alusão também ao trotskismo, defendeu também Montes, dizendo que não é seu Ilunku, numa passagem de seu discurso se queixou porque as autoridades não vieram ao estádio com gente para recebê-lo, e sobre o tema de Huanuni manifestou que fará investimentos sempre e enquanto a empresa for sustentável.

O que os mineiros devem entender do discurso de Evo?

Devem entendê-lo como uma ratificação do que já disse no conflito sobre a Lei das Aposentadorias: para que Huanuni seja sustentável, deve diminuir o custo do trabalho e isso passa por aplicar seu plano de contingência e transferir trabalhadores. Os primeiros candidatos a serem transferidos são as mulheres que são pouco mais de 600, os de direitos existentes, os mineiros com idade avançada, os mineiros doentes, os trabalhadores que têm muitas faltas, etc.

E sobre a auditoria?

Não disse nada. Acreditamos que a auditoria pode ficar sem efeito temporariamente por causa do eleitoralismo do MAS rumo a 2014, e será utilizado novamente como chantagem para que os mineiros nunca mais se mobilizem.

África: um continente em disputa

A guerra comercial pelo controle da África se projeta com o intervencionismo imperialista

A África conta com uma situação geográfica privilegiada e acesso marítimo direto aos mercados americanos, europeus e asiáticos. Conta também com gigantescas reservas de petróleo, gás e minerais (ouro, urânio, diamante, cobre e o raro mineral usado na produção aparelhos eletrônicos –, etc.); grandes extensões de terras férteis e aráveis; vastos recursos pesqueiros continentais, dentre tantas outras riquezas naturais.

No entanto, esta imensa massa de riquezas não pertence a seus habitantes nativos. Pelo contrário, existem como potenciais reservas mundiais para a contabilidade imperialista e o lucro de seus monopólios. Seu atraso, seus violentos conflitos nacionais e as lutas faccionais não são só uma expressão de seu atraso, como

E sobre as conquistas sociais como as 12 mitas, as horas-extras e os bônus, que estão no caminho de serem eliminados?

Também não disse nada. O MAS os aniquilará porque a redução do custo trabalhista e a rentabilidade da empresa passam por eliminar essas conquistas.

E sobre o problema crucial do investimento para a empresa?

Evo disse que buscará em algum lugar. O que pensa Evo? Que os mineiros são de animais castrados que isso de dizer que buscará em algum lugar nos faz supor que tem pensado que a Empresa Mineira Huanuni, para injetar capital, deve buscar um sócio multinacional, tal como diz a atual lei da mineração.

Para que o MAS imponha seu nefasto plano de contingência, já tem o terreno preparado; conta com um sindicato oficialista que não fará oposição aos planos do governo, ao contrário, os facilitará e também tem o executor, o novo gerente da empresa, o engenheiro Hugo Tola (o anterior o obrigaram a renunciar sob a justificativa de estar doente; depois o diretório nomeou um segundo gerente, o engenheiro Celma Andia que não durou nem 24 horas e também renunciou).

Os trabalhadores mais cedo ou mais tarde comprovarão que não serão nem Montes, nem Evo os salvadores da empresa, não respeitarão suas conquistas. Certamente, serão os que acabarão de fundir a empresa e liquidadores das conquistas dos operários.

Sob a base dessa experiência negativa, os operários chegarão à conclusão de que, para não serem transferidos, para conseguir investimentos e para respeitar suas conquistas não restará outro caminho a não ser mobilizar. Também é fundamental que compreendam que para salvar Huanuni e a mineração estatizada, a única resposta é a nacionalização total das minas (multinacional e cooperativada), sob o controle coletivo dos operários.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2333, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

também um produto da penetração imperialista. As intervenções da OTAN na Líbia, da França no Mali e recentemente da ONU no Congo refletem esta tendência. Estamos assistindo ao prelúdio de um choque direto entre as potências em sua luta por redividir o mundo.

A África é um continente balcanizado pelas potências. Suas históricas contradições internas tornaram-se mais violentas diante das tensões criadas pela internacionalização de seus conflitos bélicos, que refletem a guerra comercial entre as potências pela redivisão de seus territórios.

A França invadiu o Mali com o objetivo de manter seu controle sobre as rotas de provisão de petróleo e gás africanos para a

Europa. A vitória dos jihadistas do norte sobre o governo poderia terminar com a expulsão do país de seus monopólios. Um novo governo podia inclinar-se a favor de outras potências em suas relações comerciais. Manter suas posições usando a força se constituiu em um método para proteger seus monopólios e racionar a provisão de óleo cru à Alemanha, seu rival comercial.

Os Estados Unidos apoiaram a invasão, mas se negaram a enviar suas tropas. A França teve então de se contentar em comandar uma força composta por tropas do Chade, Nigéria e outros países africanos. A estratégia norte-americana se centra em não expor suas forças armadas a novos ataques de milícias e terroristas, em não asfixiar ainda mais suas contas públicas já sobrecarregadas de custos militares e em evitar encolerizar a população norte-americana no momento em que o governo se dispõe a realizar um severo ajuste interno. Descarregar sobre a França os custos políticos da intervenção serve para debilitá-la internacionalmente. Medida que a obrigaria a se alinhar mais servilmente sob a hegemonia norte-americana, fortalecendo assim as posições comerciais ianques em detrimento das exportações e das finanças da França e Alemanha.

Esta aliança interimperialista depende dos interesses e da força de cada potência no terreno concreto dos acontecimentos mundiais. No Sudão (antes de sua divisão ao meio, impulsionada pelos Estados Unidos) encontravam-se as reservas de óleo cru mais importantes do continente. A França era o principal país aliado do governo sudanês. Provia-lhe com armas, tanques, aviões e inteligência militar para combater o Exército de Liberação dos Povos Sudaneses (ELPS), o qual os Estados Unidos apoiavam e financiavam através da Uganda, Etiópia e Eritreia para debilitar o governo sudanês, e assim impedir que a petroleira francesa Total reiniciasse suas operações. França não podia explorar essas reservas por vários anos por pressão militar exercida a partir do sul do país pelos rebeldes armados e treinados pelos Estados Unidos.

Enquanto apoiam a França em algumas invasões, os Estados Unidos também fortalecem Israel com o objetivo de submeter o Quênia, o Congo e a Somália a seus interesses. O controle desta região pelo imperialismo é fundamental, já que permite estabelecer um férreo controle sobre o Mar Vermelho, por onde passa mais de 40% do petróleo do Oriente Médio, e sobre o Oceano Índico, principal rota comercial entre China e África.

Em última instância, o objetivo dos Estados Unidos é limitar a penetração chinesa na África. Para consumir seu objetivo, serve-se de diversas alianças interimperialistas ou blocos militares de países semicoloniais africanos. A restauração capitalista não só serviu de desaguadouro para os capitais estancados nas potências, como levou a seu fortalecimento industrial e comercial. Necessita, porém, garantir suas próprias reservas de petróleo e gás. O que a obriga a disputar mais vorazmente as fontes de matérias-primas e recursos naturais e a avançar contra as posições estadunidenses em todo o mundo.

A China é hoje a principal sócia comercial da África. Seu intercâmbio aumentou em 100% nos últimos cinco anos. Já em 2000, os investimentos chineses se concentravam na indústria do petróleo e gás. E chegavam a um total de 200 bilhões de dólares em toda a África: o dobro do comércio entre os EUA e a África. No Sudão, por exemplo, a estatal *China Nacional Petroleum Corporation* (CNPC) estava naqueles anos pronta para controlar os campos petroleiros mais importantes do Alto Nilo. Empresas chinesas participavam no projeto de oleodutos e portos para exportar óleo

cru para a China.

Os Estados Unidos decidiram impedir sua consolidação no Sudão. Enquanto debilitava a França no norte, promoveu a secessão do sul do país onde avançava a China. Para levar essa estratégia até o fim, organizou e financiou movimentos separatistas. Separação que se efetivou em 2011 e foi muito festejada pela imprensa norte-americana. O “novo Estado”, reconhecido imediatamente pelos Estados Unidos, União Europeia e Israel, ficou com três quartos das reservas petroleiras do antigo Sudão. Estava claro que os Estados Unidos estavam dispostos a dividir um país semicolonial com o único objetivo de proteger seus interesses e debilitar seus competidores comerciais.

Talvez a expressão mais brutal e bárbara do domínio imperialista na África seja a Somália. Trata-se de um país destroçado e desmembrado. Apesar de quatro multinacionais norteamericanas (Conoco, Amoco, Chevron e Phillips) já dominarem 75% da exploração de seus poços de óleo cru (em seus territórios existem além disso grandes reservas de gás, urânio, ferro, estanho, bauxita, cobre, etc.), o imperialismo norte-americano prefere manter a Somália no caos. Seu objetivo é não repetir sua experiência no ex-Sudão, onde o ex-presidente Abdullah Yussuf, que chegou à presidência com apoio estadunidense, passou depois a assinar tratados comerciais com a China, prejudicando os monopólios norte-americanos.

No caso de aprofundamento dos antagonismos, o imperialismo pode inclusive recorrer a diversos meios militares. Meses antes da intervenção militar imperialista na Líbia, duas empresas chinesas (Sinopec e PetroChina) competiam com os monopólios franceses e norteamericanos pelas concessões petroleiras do país. Com a intervenção da OTAN e a queda de Kadafi, as concessões passaram para as mãos dos EUA, Inglaterra e França. Assim, se encerrava uma batalha, mas não a guerra comercial que se aprofunda e se faz mais violenta. Não é por acaso que os Estados Unidos investem bilhões de dólares em equipar e treinar exércitos africanos (Uganda, Quênia, Sudão do Sul, etc.) e milícias para se imporem no continente.

Estes exemplos expõem a voracidade da disputa pelas fontes de matérias-primas e recursos naturais que se abriu com a decomposição mundial do capitalismo. Assim como dos meios e métodos do imperialismo para controlar as imensas riquezas naturais da África. Sem dúvida, veremos desenvolver os choques ainda mais violentos e métodos mais cínicos de opressão nacional e saque imperialista.

Seguramente, as contradições econômicas nas condições de profunda opressão nacional, abrirão um período de agudização da luta de classes. No entanto, os enfrentamentos entre castas, tribos, etnias e nações impedem a consolidação das tímidas tentativas de união, como o da União de Nações Africanas (UNA), que fracassaram por não serem um meio para lutar contra o imperialismo, mas sim instrumentos deste para melhor dominar e oprimir suas nações por cima de suas fronteiras nacionais.

Para alcançar sua libertação nacional e a unidade continental, as massas oprimidas africanas devem romper com os particularismos nacionais, religiosos e étnicos e unir-se em uma frente única antiimperialista. A libertação de todo o continente e suas nações da opressão nacional será conquistada quando os explorados africanos empunharem as bandeiras da revolução proletária e se organizarem em partidos revolucionários para enterrar o capitalismo.